



ALMANAQUE

***Plano de  
Desenvolvimento  
para o Vale do  
Jequitinhonha***





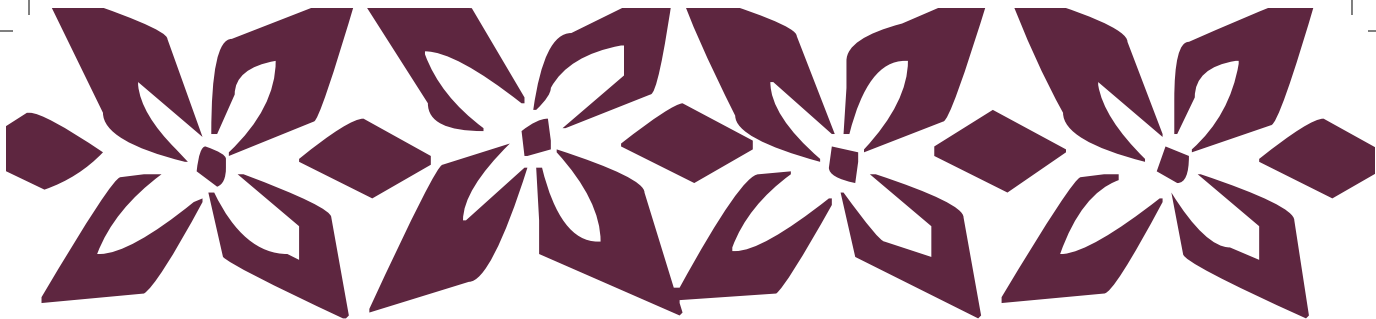


Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha

Almanaque

Belo Horizonte  
Fundação João Pinheiro  
2017



**Governador**

Fernando Damata Pimentel

**Secretário de Estado  
de Planejamento e Gestão**

Helvécio Miranda Magalhães Júnior

**Fundação João Pinheiro**

Presidente:

Roberto do Nascimento Rodrigues

Vice-presidente:

Daniel Lisbeni Marra Fonseca

**Diretoria de Políticas Públicas**

Ana Paula Salej Gomes

**Diretoria de Estatística  
e Informações**

Júnia Maria Barroso Santa Rosa

**Diretoria de Estudos em Cultura,  
Turismo e Economia Criativa**

Bernardo Novais da Mata Machado

**Diretoria de Informação Territorial  
e Geoplataformas**

Daniel Lisbeni Marra Fonseca

**Escola de Governo Professor**

**Paulo Neves de Carvalho**

Letícia Godinho de Souza

**Diretoria de Planejamento,  
Gestão e Finanças (DPGF)**

Josiane Vidal Vimieiro

**CEMIG Geração e  
Transmissão S. A.**

Diretor-Presidente:

Bernardo Afonso Salomão  
de Alvarenga

**Diretor de Geração e Transmissão**

Franklin Moreira Gonçalves

**Superintendente de Gestão  
Ambiental da Geração e Transmissão**

Enio Marcus Brandão Fonseca

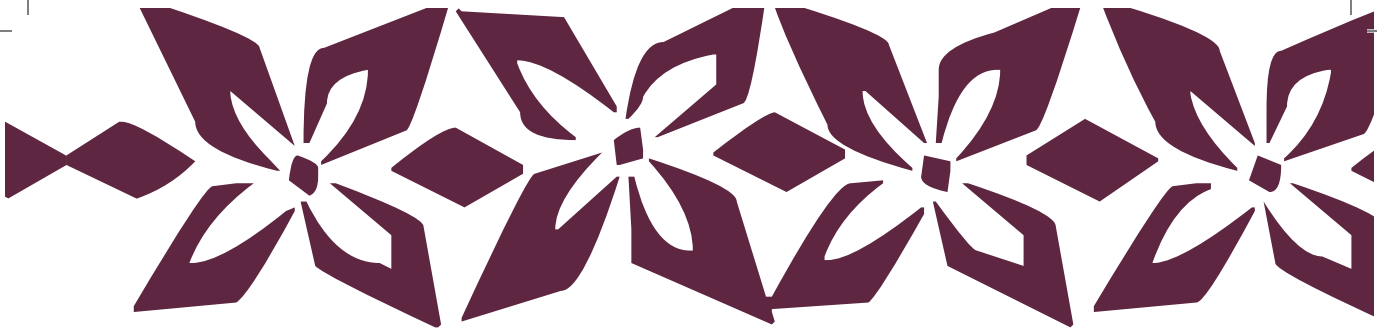
**Gerente de Licenciamento e Gestão  
Ambiental da Geração e Transmissão**

Wilson Roberto Grossi

**Representante Técnico**

Humberto Ribeiro Mendes Neto  
Tarciana Lima Cirino





# *Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha*

ALMANAQUE

ELABORAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



## **Equipe Técnica**

**Plano de Desenvolvimento  
Para o Vale do Jequitinhonha**  
Fundação João Pinheiro

## **Coordenação Geral**

Maria Luiza de Aguiar Marques

## **Coordenação Técnica**

Alexandre Queiroz Guimarães  
Fátima Beatriz Carneiro Teixeira P. Fortes  
Maria Izabel Marques do Valle  
Raimundo de Sousa Leal Filho

## **Coordenação Executiva**

Erika Gisselle Pessoa Santos da Paixão  
Elaine Soares Rodrigues

## **Almanaque**

Associação Imagem Comunitária - AIC

## **Coordenação**

Emanuela São Pedro

## **Redação**

Raissa Fernandes Faria

## **Projeto Gráfico**

João Paulo Tiago

## **Diagramação**

Camila Barone  
Jéssica Kawaguiski  
João Paulo Tiago

## **Fotografias:**

Páginas: 19, 32, 34, 39, 40, 45, 49, 54, 56,  
57, 60, 61, 79, 83, 87, 91, 93, 99, 111, 142 e  
143. Lori Figueiró

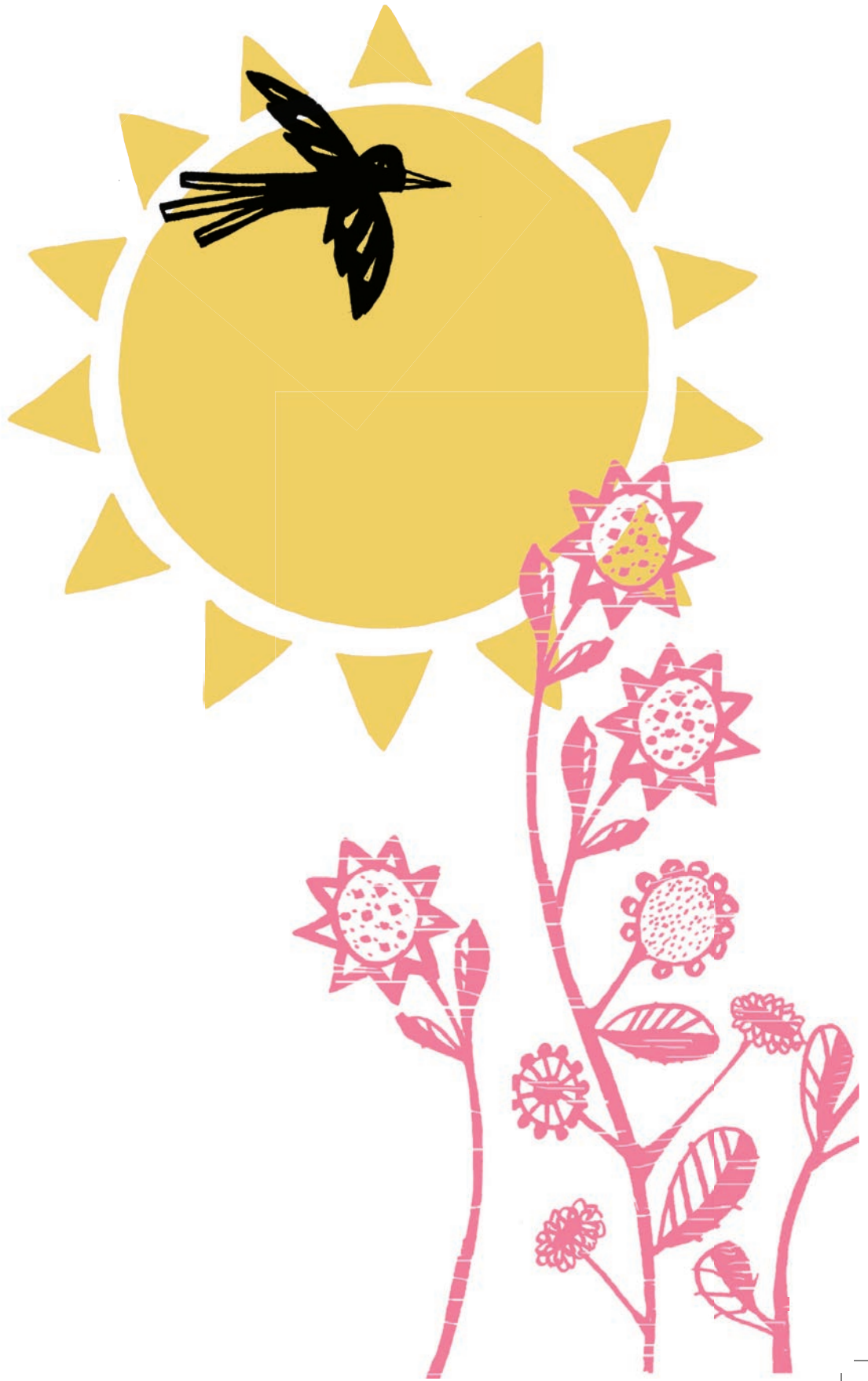
Página 143

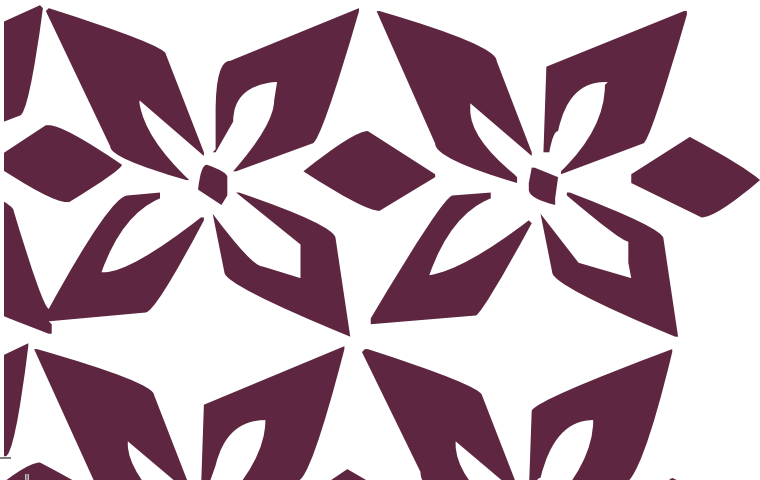
Agência Minas

F981p Fundação João Pinheiro  
Plano de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha:  
almanaque / Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte, 2017.  
144p.: il.

1. Planejamento regional – Vale do Jequitinhonha (MG). 2. Desenvolvimento regional – Vale do Jequitinhonha (MG). I Título.

CDU: 711.2 (815.1-o Vale do Jequitinhonha)







# APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a Fundação João Pinheiro (FJP), em parceria com a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e com o suporte técnico da Associação Imagem Comunitária (AIC), oferece ao público em geral e, especialmente, à população dos territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha envolvida na elaboração do *Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha (PDVJ)*<sup>1</sup>, esta obra de divulgação que, no formato de um almanaque com entrevistas, depoimentos, poesias, causos e belas imagens do Vale, traz de forma simples e clara o que o PDVJ tem de mais substancial em relação ao processo de sua elaboração e dos seus resultados que são as estratégias e ações propostas e construídas coletivamente.

A construção do PDVJ envolveu um grande número de pesquisadores da FJP e de especialistas externos e contou com a participação da população por meio de diferentes canais, destacando-se a realização, no período de janeiro a fevereiro de 2017, das Oficinas Participativas de Araçuaí, Pedra Azul, Almenara, Itaobim, Diamantina e Capelinha, com cerca de 500 participantes da sociedade civil e do poder público das 59 cidades dos territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha. Além das Oficinas, a população ainda participou da construção do Plano enviando sugestões por meio da campanha online: #valeparticipar.

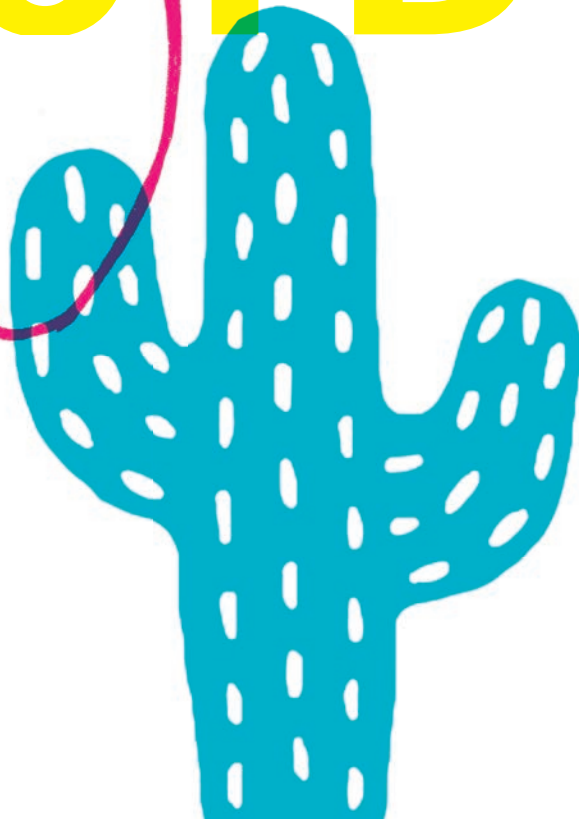
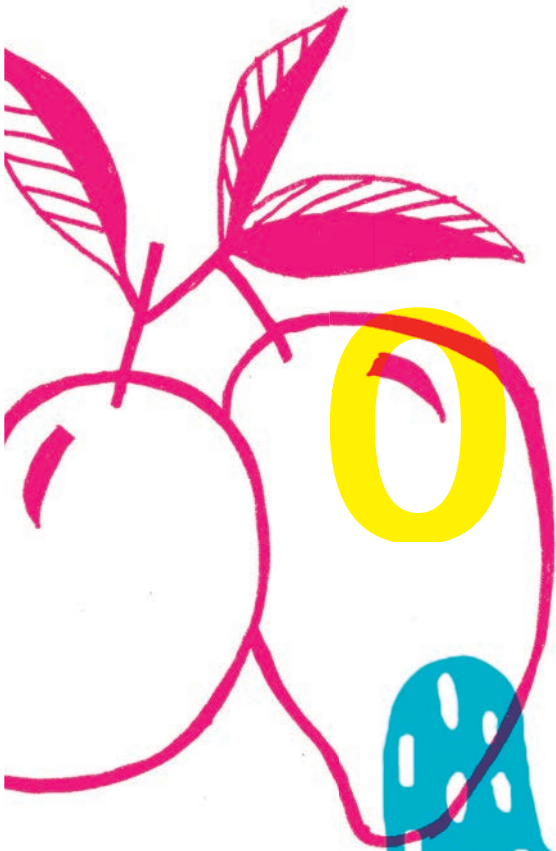
Este Almanaque foi elaborado, portanto, para compartilhar um pouco do que foi esse processo participativo e facilitar a consulta sobre o que é o PDVJ; qual a ideia de Desenvolvimento é defendida e seus principais conceitos e, sobretudo, quais são as estratégias e ações propostas segundo os eixos de intervenção: *Recursos hídricos, Desenvolvimento produtivo, Desenvolvimento social, Infraestrutura econômica e Gestão municipal*.

E o cidadão poderá conferir ainda algumas dicas sobre como participar mais ativamente da vida política de seu município e estado, contribuindo para a efetividade dos instrumentos de planejamento, como é o caso deste PDVJ, e das políticas públicas nas diferentes esferas de governo.

Boa leitura!

<sup>1</sup> A edição completa do Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha, em seis volumes, pode ser consultada na página da Fundação João Pinheiro: [www.fjp.mg.gov.br](http://www.fjp.mg.gov.br)

O P D V J





Que no jequi tem onha  
O povo já tá manjando  
O que talvez não saiba  
É que existe um novo plano  
Fala do desenvolvimento  
E vai valer pra lá de ano

Dona Maria, Seu Zé  
Seu Tião e dona Ana  
Juninho e Isabela  
Marcão e Cristiana  
Todos puderam opinar  
E o plano ficou bacana

Todos falaram o que sabiam  
Sobre o Vale e sua luta  
Sobre as mais belas riquezas  
E comunidade resoluta  
Todos deram muita opinião  
E tiveram boa escuta

Agora é com as ideias boas  
Botar o plano em ação  
Com movimento popular  
Mudar a situação



# ENTREVISTA:

## UM PLANO PARTICIPATIVO QUE PRECISA ENTRAR EM PRÁTICA

Entrevista com Roberto Nascimento, Presidente da Fundação João Pinheiro

---

**O PDVJ é um plano cuja pretensão é extrapolar uma única gestão de governo. O que isso significa na prática?**

Esse deveria ser o norte de todos os planos. Eles não devem ser planos de governo, devem ser planos de Estado, planos para a população. Nessa perspectiva, não necessariamente devem seguir a temporalidade de um governo. Algumas das modificações que são propostas, se não todas essencialmente, são muito estruturais. Não é de hoje que temos planos para o Vale do Jequitinhonha. Um dos motivos pelo qual alguns dos problemas que estão lá há 20, 30, 40 anos se dá pela perspectiva de tomar ações com essa temporalidade de governos de 4 anos. Evidentemente que para extrapolar essa lógica, é preciso que os governos substitutos tenham a postura de pensar em ações de Estado, que as questões sejam tratadas de maneira estrutural. As questões não são conjunturais. Os desafios do desenvolvimento precário, do subdesenvolvimento e

as potencialidades são estruturais. Claro que é necessária constante avaliação e monitoramento dessas ações, mas sempre dentro de uma estrutura de longo prazo e de Intersetorialidade.

**Por que a tendência por buscar maior participação popular no planejamento?**

Desenvolvimento requer inclusão. É preciso de fato ouvir a população e saber de que maneira ela pode ser integrada no processo de construção das ações que estão sendo elaboradas. A construção tem que ser coletiva porque a perspectiva não é trazer ações que deixam a população à margem do processo de crescimento. A população dialoga com os dados estatísticos que a gente tem, jogando luz sobre eles. Por meio desse contato com a população, é possível enriquecer e agregar valor aos dados que são gerados. Mas é preciso lembrar que a participação traz também desafios muito grandes. Abrir à participação





envolve mediar conflitos de interesse, conflitos de prioridade, mas é nesse processo que as decisões vão se tornando mais maduras e menos excludentes.

**Como foi para a FJP participar ativamente desse processo de planejamento do governo do estado?**

A Fundação João Pinheiro é uma casa à serviço do Estado. Aqui se produz informações e indicadores, mas é extremamente importante que consigamos também refletir sobre esses. Especialmente quando têm-se indicadores que conversam com a população. É importante para a FJP participar de todo conjunto desse processo que foi o PDVJ: produzir indicador, avaliar esses indicadores, analisar tudo e propor ações que melhorem as condições de vida da população. Há também um grande interesse da FJP de, junto com a população, monitorar e acompanhar essas ações.

**Para você, qual o maior desafio para que esse plano entre em prática?**

Acredito que seja a intersetorialidade das ações realizadas pelo governo. Certamente, todos os problemas que foram identificados neste diagnóstico já existiam há muitos anos. Se continuarmos fazendo ações setoriais, pontuais, sem diálogo e conexão, a gente não vai conseguir avançar muito. A governança requer uma concertação entre as diferentes áreas e secretarias. Algumas ações não tem que ser de setores específicos, mas sim para a população. Se eu proponho, por exemplo, na saúde regionalizar os serviços, evidentemente que para isso funcionar, eu dependo do transporte. Ou para desenvolver as feiras, por exemplo, é preciso pensar no escoamento e na infraestrutura. Por isso a necessidade muito forte de intersetorialidade.




“Eu acho que quando a gente permite essa fala democrática, essa forma de fazer um plano de maneira participativa, quem pode nortear os nossos caminhos somos nós mesmos. Participar dessa construção é colocar em prática a democracia! É uma forma de organizarmos nossas demandas e de conseguirmos nos articular melhor para buscar a criação de políticas públicas”.

**Fernando, de Almenara.**




“Nada mais correto do que trazer pessoas da comunidade, das cidades, das organizações que conhecem de fato a região pra discutir essas propostas, pra melhorá-las ou criticá-las, na intenção de promover ações que de fato possam ser implantadas”.

**Grazielle, de Berilo.**



“O diferencial que eu percebo nesse plano é que é a primeira vez que alguém se preocupou em escutar a opinião da população. Nos outros planos que foram criados anteriormente as pessoas não foram escutadas. Talvez essa tenha sido a razão pela qual eles não deram certo”.

**Felipe, de Jequitinhonha.**



“Nós somos os protagonistas dessa região, uma vez que nós escolhemos morar aqui, nós somos o meio pelo qual vamos conseguir dialogar e conquistar benefícios pra esse local. Se nós queremos condições de vida melhores e melhorias para essa região, a população tem que opinar, tem que participar, tem que manifestar e falar de fato o que queremos para aqui. Muitas vezes o governo pode querer algo distante lá no gabinete, mas se o povo não participa, nunca vai mudar, nunca vai transformar”.

**Fernando, de Itinga.**







“Eu acho que tudo que começa envolvendo a sociedade na discussão, você está pegando o teórico e o prático. Muitos vão ter que trabalhar a teoria das coisas e outros a parte prática. Eu, na minha condição de produtor, eu trabalho na prática. Quando eu participo de uma oficina nessa dimensão, eu sinto que aí sim, tem tudo pra dar certo, porque envolve todos os conhecimentos que precisam ser considerados”.

**Pedro, de Capelinha.**





“Eu não entendo que aqui vai fazer um milagre, que vai mudar tudo de uma vez, mas é um embrião de um projeto que a gente acredita, de um retorno da discussão com a sociedade, o primordial é isso. O que tem de novo agora é justamente isso que nós estamos vivendo aqui hoje, que é ouvir e buscar a participação das pessoas, e não vir com tudo pronto lá de cima e querendo implantar na nossa região. Durante as oficinas, outras propostas foram acrescentadas, para além do que já tinha sido exposto pela FJP, demonstrando a maturidade, a compreensão das lideranças da região em relação aos problemas e as possibilidades de soluções”.



**Marcos, de Carbonita.**



Registros das oficinas de participação do PDVJ e das oficinas de cobertura colaborativa dos eventos realizados com jovens do Vale do Jequitinhonha.









## ENTREVISTA:

# A FJP E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PDVJ

Entrevista com Elaine Rodrigues, Maria Luiza Marques e Vera Westin, coordenadoras do PDVJ

### **O que é o Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha?**

O PDVJ é um plano territorial, construído de forma participativa, tendo como base as orientações principais: a) as diretrizes contidas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI, 2016-2027); b) as demandas da população apresentadas durante a primeira etapa dos Fóruns Regionais realizados pelo governo do estado em 2015; c) os apontamentos feitos pelos representantes da sociedade civil e do poder público durante as oficinas na região, quando tivemos cerca de 500 participantes, no total; d) dados secundários utilizados e) entrevistas de campo realizadas em julho e agosto de 2016. O PDVJ contém um conjunto de estratégias e ações que poderão nortear a atuação do governo do estado de Minas Gerais com vistas ao desenvolvimento de longo prazo dos territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha. A escolha

dessas estratégias e ações foi baseada em um Diagnóstico Propositivo e nas contribuições da população durante as oficinas participativas.

### **O que vocês entendem por Desenvolvimento?**

Desenvolvimento não é apenas produção. O desenvolvimento local pode passar muitos outros aspectos, de maneira adequada à realidade territorial. A proposta é impulsionar as regiões de acordo com os potenciais e características que elas têm. O que este plano faz é perguntar: quais são os potenciais do Vale? Como podemos alavancar esses potenciais para o desenvolvimento integrado? O turismo, por exemplo, apareceu como uma das grandes potencialidades da região que poderiam ser mais aproveitadas se houvesse mais investimentos em infraestrutura básica como manutenção de estradas e acesso aos meios de comunicação.





### **Como foi o processo de criação do PDVJ e como se deu o envolvimento da população do Vale nessa construção?**

O primeiro passo foi reunir todas as informações de planos anteriores que já haviam sido feitos na região e dados secundários que fossem relevantes para formar um diagnóstico local. Depois disso, foram realizadas visitas a campo em algumas das cidades dos territórios, abrangendo o Médio/Baixo e Alto Jequitinhonha.

Nesta etapa, foram feitas entrevistas com gestores e lideranças locais muito importantes para o aprofundamento da pesquisa e a checagem de dados. A partir desse estudo, foi possível desenhar uma primeira proposta de diagnóstico propositivo, em que já foram levantadas ideias de ações e estratégias possíveis. Mas era preciso validar essas ideias, acrescentar outras e checar melhor as informações de maneira mais

ampliada com a população da região. A ideia foi que a população acrescentasse e qualificasse aqueles dados que são frios, estatísticas que refletem muita coisa mas escapam às especificidades. Para isso, foram realizadas oficinas em 6 sedes de microterritórios do Vale, envolvendo representantes da sociedade civil e do poder público de todas as cidades da região. A metodologia das oficinas foi uma adaptação dos modelos que a FJP já utiliza para realizar os planos diretores de municípios. Na mobilização houve uma preocupação muito grande em garantir a representatividade dos diferentes setores e municípios. A ideia foi criar propostas baseadas na vivência dos diferentes atores da sociedade civil: profissionais, representantes de conselhos, associações, etc, de como eles percebem as situações e que, assim pudessem contribuir para aquilo que estava sendo feito com uma certa distância.

### **De que maneira a participação da população do Vale interferiu e modificou o PDVJ?**

Fez toda a diferença a participação da população. Muitas propostas foram alteradas e adaptadas. Foi importante tanto para legitimar coisas que a gente já tinha percebido, como para alterar coisas novas que surgiram, correções que foram feitas em relação às propostas iniciais. Sem a participação popular esse plano perderia o sentido. Por ser um plano de longo prazo, a população precisa se apropriar dessas propostas e exigir de maneira permanente, independentemente de mudanças de governo, a sua efetivação.

### **A descentralização e a regionalização do planejamento são uma tendência?**

Acreditamos que sim. Trabalhar o territorial é muito importante. Regiões diferentes precisam de políticas e recursos diferentes. É papel do Estado entender essas especificidades do território e garantir igualdade de oportunidades e de recursos básicos para que cada região se desenvolva de acordo com suas potencialidades. O Vale tem uma característica interessante de já ter uma identidade territorial muito mais consolidada do que outras regiões do estado. Uma das potencialidades que percebemos por meio do diagnóstico é que a região utilize esse poder de articulação, de identidade e força regional que sempre demonstra, nas próprias administrações dos municípios, para se articularem entre si, ganhando mais força para suas ações. Os consórcios

são um exemplo de ação que pode ser feita entre os municípios para otimizar recursos. Como no caso do saneamento básico e da coleta de resíduos, que podem ser feitos em parceria entre municípios por meio de consórcios.

### **Qual o maior desafio para garantir que o PDVJ se efetive?**

Esse é o grande desafio de qualquer plano! Acreditamos que para que ele não fique na gaveta, é preciso combinar a participação da população e do governo. Da parte da população, é possível utilizar os espaços dos conselhos setoriais das diferentes políticas dos municípios e do estado. Os conselhos são a instância de gestão mais próxima do cidadão, mas ainda são subutilizados e deveriam ser muito mais estimulados. Outro espaço importante para a população são os Fóruns Regionais, que foram abertos pelo governo como ambientes de proposições e escuta. Além, é claro, das organizações e movimentos não formais da sociedade civil para pedir a garantia de direitos. Já o governo do estado precisa assumir o plano como norteador das ações e políticas públicas que for implementar, sempre com articulação entre os órgãos e secretarias para que as políticas e ações se complementem e tenham continuidade. O plano não está fechado em si mesmo. Ele é dinâmico. Aponta grandes linhas de atuação, mas não fecha questão. Ele pode ser usado como subsídio de informações para diversos outros trabalhos que venham a ser feitos na região. Ele já traz um levantamento conciso, mas profundo sobre o Vale.



## Quais as relações e as diferenças entre o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), o PDVJ, o Pacto pelo Cidadão e os Fóruns Regionais?

O PMDI e o PDVJ são planos mas cada um tem um foco, uma duração e uma área de abrangência. O Pacto pelo Cidadão é um documento que traz as ações e metas prioritárias definidas por este governo e a serem executadas até 2018. Já os Fóruns regionais são um espaço de participação aberto pelo governo atual. Abaixo explicamos melhor o que são cada um deles:


O PMDI é um documento que traz as diretrizes básicas que são adotadas pelo governo em vigência, para todo o estado. O atual é vigente até 2025 e se propõe a definir orientações e estabelecer os fundamentos para um novo modelo de desenvolvimento econômico, social e sustentável para Minas Gerais, articu-

lando sinergicamente as dimensões e os campos de atuação da sociedade e setor público.

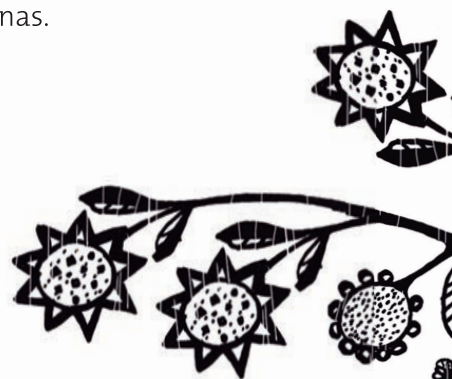
O PDVJ: é um plano territorial para o Alto e o Médio/Baixo Jequitinhonha, parte das diretrizes do PMDI, mas, claro, com foco mais específico. É um estudo mais aprofundado, construído com participação da população e que tem a intenção de ser um plano de longo prazo, superando transições de governos.

O Pacto pelo Cidadão foi documento promulgado em 28 de outubro de 2016 e traz ações e metas, inclusive com orçamentos previstos e órgãos executores, de algumas coisas que o Estado entendeu que poderia realizar e que eram prioritárias. As ações são divididas por setor e por território. É de curto prazo, porque ele é válido até o final de 2018. Muitas dessas ações foram oriundas dos Fóruns Regionais, já com encaminhamentos definidos.

Os Fóruns Regionais são uma política de governo que vale até 2018, podendo ser prorrogado caso o próximo governo entenda como interessante. É uma proposta de participação social que conta com representantes eleitos para participar das discussões de políticas públicas, a partir da divisão de 17 territórios em Minas.



***“A proposta é impulsionar as regiões de acordo com os potenciais e características que elas têm. O que este plano faz é perguntar: quais são os potenciais do Vale? Como podemos alavancar esses potenciais para o desenvolvimento integrado?”***



**O PDVJ envolveu a análise e a compilação de muitos dados e informações. Como foi reunir tudo isso em poucas páginas mantendo a profundidade das discussões e propostas e propondo prioridades?**

Diante desse desafio, a estratégia foi criar propostas que fossem um guarda-chuva para as questões específicas, para o aprimoramento de gestão. A gente está entregando grandes linhas de ação, que buscam contemplar de maneira mais abrangente todas as questões que apareceram. Um dos critérios que utilizamos foi priorizar ações que fossem intersetoriais, que fossem tangenciais e permeassem várias áreas e assim tivessem maior impacto no desenvolvimento local. O processo de priorização foi na verdade uma combinação do diagnóstico em relação às vulnerabilidades dos territórios com o que foi debatido nas oficinas. As oficinas contribuíram muito

para essa priorização, estando no território é possível perceber melhor o que está mais presente nas falas das pessoas.

**Qual o maior diferencial do PDVJ?**

Um dos maiores diferenciais que percebemos foi esse esforço por ampliar a participação, apesar de todos os limites que enfrentamos nesse sentido. Outros diferenciais que destacamos foram: alinhar nosso conhecimento técnico diverso e intersetorial, contando com a experiência profunda de nossos especialistas nas diferentes áreas, mas também com as parcerias de consultores diversos com atuação nos territórios; considerar os planos já realizados anteriormente, como o PESI e o Plano Meso; realizar a interlocução com os fóruns regionais que já estavam em curso; ter a preocupação com a representatividade no processo de mobilização.

***“O processo de priorização foi na verdade uma combinação do diagnóstico em relação às vulnerabilidades dos territórios com o que foi debatido nas oficinas. As oficinas contribuíram muito nesse sentido.”***





---

**Poderiam nos dar um apanhado mais geral sobre a atual situação do Vale e quais deveriam ser os caminhos prioritários para se alcançar o desenvolvimento integrado na região?**

Quando se analisa os territórios do estado, no geral, os municípios do Vale estão abaixo da média em alguns quesitos. Entretanto, em quase todos os casos, percebe-se melhorias significativas nos últimos 10 anos. É preciso considerar que esse é um território muito mais ruralizado do que a média do estado, por isso é preciso tomar cuidado com as comparações de desenvolvimento. É essencial entender as especificidades para o desenvolvimento regional aproveitando as potencialidades e se inserindo nas políticas públicas necessárias. A articulação, o capital social, a identidade local, a agricultura familiar, a cultura, a indústria moveleira, o artesanato e o turismo são alguns destaques de potencialidades. Ficou evidente no diagnóstico também a necessidade de melhorar as condições de infraestrutura e de tecnologia para alavancar diversos setores.



# DESEN VOLVI MIENTO





Palavra grande que só  
A tal de Desenvolvimento  
Mas ela não diz sobre dinheiro  
Ela diz de um movimento

Quem entende essa palavra  
Vê que a renda é só um meio  
O fim é uma vida digna  
Um viver sem apereio

Ela fala de direitos  
Saúde e educação  
Moradia e trabalho  
Uma boa condição

Reduzir desigualdades  
Preservar a natureza  
O povo se realizar  
Isso que é uma beleza

Usar nossas potências  
E inovar com esperteza  
Mostrando pra todos  
O nosso vale de riqueza







## COMO ASSIM DESENVOLVIMENTO?

Muitas pessoas quando ouvem falar na ideia de gerar desenvolvimento já imaginam logo que se trata de crescimento econômico apenas. Entretanto, a ideia de desenvolvimento pode ser bem mais abrangente que isso. É possível pensar, por exemplo, em outras dimensões que podem ser determinantes para o desenvolvimento como o social, cultural, ambiental, físico-territorial, político-institucional ou científico-tecnológico. Nesse ponto de vista, desenvolvimento tem a ver com melhorar a vida de todas as pessoas, inclusive das que viverão depois de nós.

# E AINDA SOBRE DESENVOLVIMENTO

## Pensamento do economista indiano Amartya Sen:

*O desenvolvimento é visto como um processo capaz de garantir aos indivíduos certos direitos (funcionamentos) que são considerados indissociáveis da condição de ser humano, entre os quais o direito à alimentação, à moradia, à educação, à saúde e ao trabalho. Nesse sentido, deve ser capaz de assegurar aos indivíduos condições para que façam as suas escolhas, propiciando as capacidades que os qualifiquem para a obtenção daqueles direitos. Nesse processo, a renda é um meio; o fim é uma vida digna, em que o indivíduo é livre para fazer as escolhas e se realizar como ser humano.*

## Pensamento da Fabiana Gomes, mora- dora de Felício dos Santos e participante das oficinas de construção do PDVJ:

*“Muitas vezes, a gente pensa em desenvolvimento olhando para fora. A gente tem que começar a olhar para nossa própria região e criar maneiras de nos unir e nos fortalecer dentro do Vale, criando políticas públicas voltadas para os interesses reais da nossa região, transformando nossas dificuldades em competências”.*

# DESEN VOLVI MENTO

## CARÁTER MULTI E INTERDIMENSIONAL

### DIREITOS GARANTIDOS

MELHORIA DAS  
CONDIÇÕES DE VIDA

PRESERVAÇÃO DO  
MEIO AMBIENTE

REDUÇÃO DAS  
DESIGUALDADES

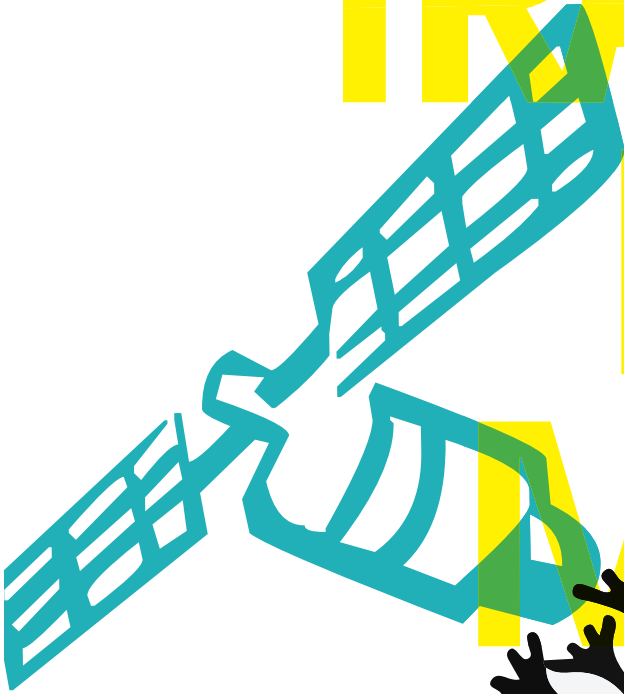
ARTICULAÇÃO ENTRE  
ATORES ESTRATÉGICOS

APROVEITAMENTO DOS  
POTENCIAIS LOCAIS





TRANS  
FOR  
MAY





# VALE DE RIQUEZAS 1

Natureza exuberante, manifestações da cultura popular das mais diversas, sábios mestres de ofícios, povo trabalhador e lutador: não são poucas as riquezas desse Vale do Jequitinhonha! Aqui a gente lembra algumas só pra dar um gostinho, mas esse Vale tem riqueza demais que não cabe em livro!



## VIVÊNCIA DO VALE

Amassando o barro,  
Esculpindo a madeira,  
Fiando algodão  
Pra vender na feira.

Olha lá a tecelã  
Tecendo no pano ilusões;  
Olha lá o canoeiro  
Remando sua vida,  
Contra sua correnteza  
De enormes e opressoras mãos

Aboie vaqueiro,  
As suas desilusões,  
Inspire esse violeiro  
Nas suas canções.  
Amasse, esculpa,  
Fie, teça, reme,

Aboie esse sertão,  
Mostre sua arte, vale,  
Via-sacra,  
Paixão.

Maurício Carvalho, de Araçuaí  
Do livro caminheiro, entre a realidade e a utopia.







## ALGUNS FESTEJOS:

“Nem todo dia é dia de festa. Em seu caráter celebrativo, a festa é a exaltação coletiva dos sentimentos de liberdade das amarras da vida cotidiana. A festa é também manifestação do desregramento. Ela pode ser, ainda, vista como ritual. Repetida, de modo geral, anualmente, ela consagra o princípio religioso da religere, isto é, da reafirmação dos elos que unem o grupo social”.

**João Valdir, professor da Faculdade de Educação da UFMG**





## FESTEJO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS

A tradição da irmandade leiga de devotos da santa negra tem mais de 194 anos e é mantida com a participação popular. Tem a novena, missas, tem os cortejos com quitandas e distribuição de alimentos, os leilões de carne, o palco com shows diários, a Quinta-Feira do Angu – o ponto alto da culinária – e a lavagem simbólica da igreja. A festa reúne centenas de pessoas que vêm da zona rural e de cidades vizinhas e também de outros estados. Os tamborzeiros são protagonistas nas festas que acontecem em municípios como Minas Novas, Chapada do Norte, Araçuaí, Francisco Badaró, Virgem da Lapa e outros. Portadores de uma tradição imemorial passada de pai para filho, os tamborzeiros conduzem e animam os cortejos e cerimônias das festas com seus cantos, danças e compridos tambores feitos de tronco.

## FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

"Vários de seus historiadores situam a origem da Festa do Divino no século XIV, no reinado português de D. Dinis e da rainha D. Isabel. Ela comemora o Pentecostes do calendário católico, segundo o qual, cinquenta dias após a Páscoa, o Divino Espírito Santo teria descido em forma de línguas de fogo sobre os apóstolos. A festa teria começado a partir do gesto generoso da rainha, ao distribuir comida aos pobres. Mas ela era, também, comemoração da abundância da primavera, em que a vida ganhava nova dimensão após os sombrios dias do inverno europeu. Entre nós, a Festa do Divino ganhou corpo desde os primeiros tempos da colonização, com fortes traços de celebração das colheitas. No Vale, a Festa do Divino é realizada principalmente em municípios do Alto Jequitinhonha. Dentre as mais famosas estão as de Diamantina e Turmalina."

**João Valdir, professor da Faculdade de Educação da UFMG**



# BOI DE JANEIRO

“Oi, tira a canga do boi carreiro, carriador. Oi, tira a canga do boi carreiro, carriador”.O boi de janeiro foi começado através de um fazendeiro muito rico e muito cruel dentro de casa. Ele tinha um boi de estimação. Logo em seguida, ele viajou. Isso eu tô contando pelo que meus avôs sempre contavam, que eram foliões velhos, né? Então, logo em seguida, ele viajou. Quando foi pra ele chegar, a mulher não achava nada pra fazer a festa pra ele. Então, mandou os vaqueiros juntar o gado, e o vaqueiro pegou e matou esse boi de estimação.

Quando, depois que ela foi ver o couro, foi ver tudo direitinho: -Ô, poxa, que que eu vou fazer na hora que meu marido chegar? Foi em cima, foi embaixo, mas já tinha matado mesmo, num tinha mais jeito. Então, quando o marido chegou, que ele acalmou, que ela foi contar o caso, ele começou.. Isso foi no dia primeiro de janeiro. Foi aonde começa a folia de Santos Reis. Ai, quando foi no dia seis de janeiro, o boi ressuscitou na manga novamente. Quando ele chegou lá na manga: Ô mulher, cê disse que tinha matado o boi, o boi tá ai. Então, daí a pouco, começaram a festejar do dia primeiro ao dia seis de janeiro.

**Trecho da entrevista a Daniel Magalhães no livro  
Canudos, gaitas & pífanos: as flautas do norte de Minas.**







# UM BREVE RETRATO



De acordo com o último Censo do IBGE, 770 mil pessoas vivem nos 59 municípios localizados nos territórios do Vale do Jequitinhonha. A região ocupa uma área total de 65.850 km<sup>2</sup>. Uma área enorme, com muita gente! O desafio de pensar o desenvolvimento em uma região dessa amplitude é conseguir aproveitar as potencialidades e as oportunidades que o local já tem, tendo consciência das fragilidades e das ameaças que enfrenta. A Fundação João Pinheiro fez um estudo profundo sobre isso, com a participação da população local e deixa aqui um levantamento geral desses aspectos hoje no Vale.

## POTENCIALIDADES

Vale destacar, em primeiro lugar, a riqueza do patrimônio e das manifestações culturais, que se expressam nas festas culturais e religiosas, nos grupos folclóricos e no rico artesanato em cerâmica, tecelagem e couro, entre outros. Essa cultura, aliada aos aspectos naturais, como a riqueza paisagística, concede aos territórios um potencial de desenvolvimento do turismo e qualifica a região para nichos relacionados à economia criativa.

Soma-se a isso a existência de uma população engajada e participativa, com forte senso de pertencimento e potencial para a mobilização social, que se materializa na intensa atuação de instituições da sociedade civil, muitas voltadas a projetos sociais. Há iniciativas bem-sucedidas,

envolvendo formação de jovens, escolas profissionalizantes e apoio às atividades agrícolas, entre outras. Um bom exemplo é a exitosa experiência do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), no Alto Jequitinhonha, no trabalho com recursos hídricos, assistência técnica, extensão rural, sistemas agroflorestais e atividades de suporte ao agricultor familiar.

Nas últimas décadas, muitos avanços ocorreram na área social, fortalecida pela institucionalização dos sistemas de saúde (SUS), assistência social (SUAS) e educação. Na educação superior, os destaques foram a recente instalação da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e dos institutos técnicos federais. O aumento da

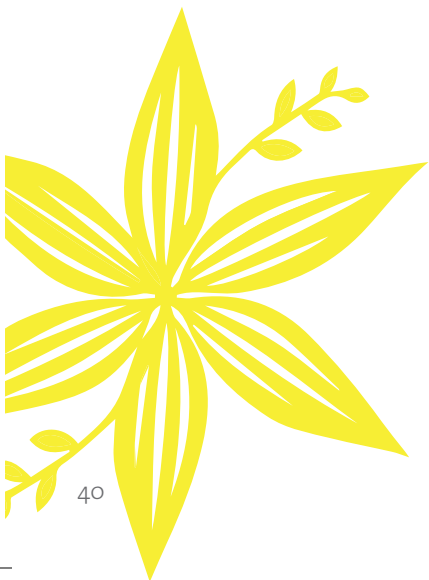


oferta educacional e das atividades de pesquisa abrem a possibilidade de diversificação produtiva, incluindo a consolidação de um polo intensivo de conhecimento. Para tanto, é necessário não perder de vista a necessidade de aproximação das instituições com a realidade local por meio da extensão e da pesquisa.

Destaca-se também a relevância da pequena produção agropecuária, incluindo aquela para o autoconsumo, mas que requer ações para fortalecer a comercialização de seus produtos. Destaca-se o papel das feiras municipais, nas quais muitas famílias obtêm sua fonte principal de renda e muitas outras têm acesso a alimentos de qualidade. As feiras fazem parte da rotina dos municípios e têm grande significado social e cultural, com potencial para a expansão de atividades culturais e turísticas.

Há, como indicado, muitos produtos na agropecuária com potencial de fortalecer a geração de emprego e renda. A fruticultura, incluindo a produção de banana, manga, abacaxi, uva e morango, entre outras, está bastante disseminada. O café pode ser disseminado para outros municípios e ser objeto de estratégias para agregar valor. A apicultura vem se desenvolvendo rapidamente no Alto Jequitinhonha. A pecuária, atividade tradicional na região, abre muitas possibilidades. E há o enorme potencial representado pela agroindústria familiar.

A mineração também é fonte de oportunidades, incluindo a extração de pedras ornamentais, de gemas e do lítio, cujo potencial de produção se mostrou bem maior com base em estudos recentes. A indústria, pouco desenvolvida, tem nichos promissores, como a produção de móveis e madeira, a agregação de valor na mineração e o processamento de frutas.





## AS MULHERES LÁ DO VALE

As mulheres lá do Vale são benditas e rezeiras  
São honestas lutadoras, professoras e raizeiras  
As mulheres lá do Serro são divinas cozinheiras  
Fazem queijos e orações, procissões nas ladeiras  
As mulheres de Diamantina são senhoras seresteiras  
Elas fazem tapetes, são garimpeiras e festeiras  
As mulheres de Chapada são honradas companheiras  
As mulheres de Minas Novas são tão novas congadeiras  
As mulheres de Berilo são tão boas tecedeiras  
As mulheres de Campo Alegre  
São alegres bonequeiras  
As mulheres de Araçuaí são dos corais, são cantadeiras  
Camponesas, canoeiras, são freiras são benzedeiras  
As mulheres de Jordânia, Joaima e Bandeira  
De Salinas e Almenrara, são tão raras brasileiras  
As mulheres de Itamarandiba, Itaobim e Taiobeiras  
De Rubim e Rubelita, são tão bonitas essas mineiras  
As mulheres lá do Vale tem doçura e são doceiras  
Plantadoras, vendedoras, são feirantes e feireiras  
As mulheres lá do Vale são viúvas sem gogueiras  
Na espera dos maridos, lavradoras, lavadeiras  
Bailarinas, forrozeiras, rezadoras, curadeiras  
As mulheres lá do Vale são doutoras e parteiras  
As mulheres lá do Vale são artistas dançadeiras  
São irmãs e e amigueiras, artesãs, trabalhadeiras

**Rubinho do Vale, do disco Vida, Verso e Viola.**



## FRAGILIDADES

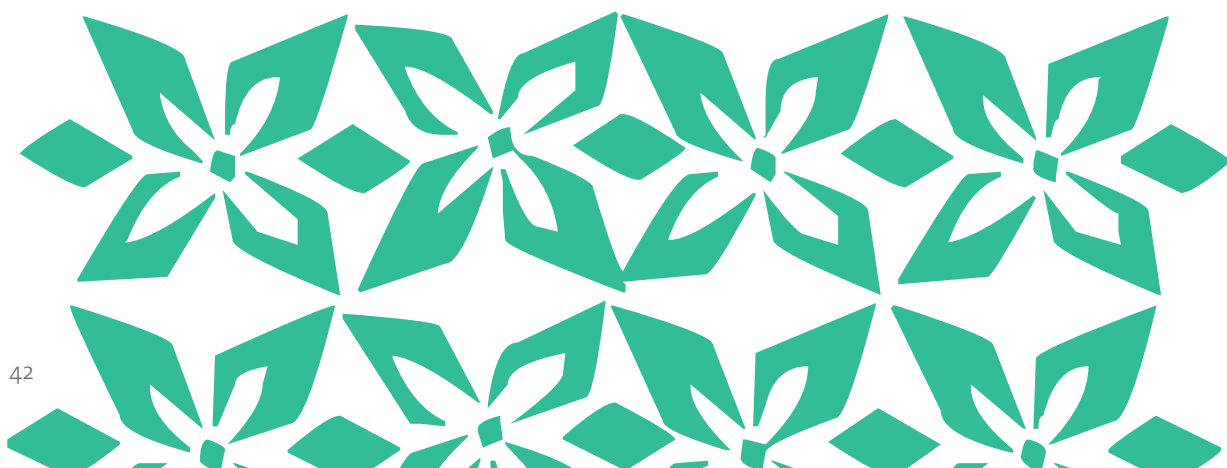
Uma das principais fragilidades dos territórios do Jequitinhonha diz respeito à escassez de água e à pressão sobre os recursos hídricos. A região tem várias áreas suscetíveis à desertificação. Além da seca, sofre com a contaminação das águas e o assoreamento dos rios pela mineração, com o lançamento de esgoto sanitário e despejo de resíduos sem tratamento, com os impactos da monocultura do eucalipto e com a degradação ambiental causada pelo desmatamento e pelas queimadas.

A estrutura fundiária nos territórios é muito concentrada e há um alto percentual de pequenas propriedades de agricultores familiares. Em muitas situações, a área dessas propriedades é menor que o módulo fiscal, que constitui a área mínima para que uma unidade produtiva seja economicamente viável.

Os indicadores de escolarização dos territórios do Alto e Médio/Baixo Jequitinhonha expõem uma

situação precária na educação, manifestada na baixa escolaridade da população adulta, no atraso escolar e nas deficiências de aprendizagem dos jovens de 15 a 17 anos. A oferta de educação superior, concentrada em algumas cidades, dificulta o acesso das populações que vivem em municípios mais distantes. As atividades de pesquisa e extensão têm também alcance limitado ao longo dos dois territórios.

Problemas de execução e gestão de políticas públicas ocorrem nas diversas áreas, incluindo educação, saúde, saneamento, assistência social, cultura, habitação e segurança pública. Na segurança pública, essas dificuldades, combinadas com a baixa densidade das instituições, repercutem no aumento do número dos crimes violentos e de crimes em geral. Uso e tráfico de drogas, consumo de álcool, violência doméstica e de gênero e desestruturação familiar refletem também esses problemas.







Para essas dificuldades relacionadas às políticas públicas contribuem as deficiências da administração pública e da capacidade estatal. Faltam recursos humanos em vários segmentos da administração estadual. A situação é ainda mais séria no que diz respeito à administração municipal, na qual falta, por exemplo, uma equipe de gestores preparada para captar recursos, fazer parcerias e adotar as ações necessárias para a promoção do desenvolvimento local.

Além disso, observa-se uma histórica dificuldade de cooperação entre os municípios. A isso somam-se as dificuldades de coordenação entre os órgãos em si e particularmente entre as diferentes esferas da federação. As tarefas necessárias para o sucesso do PDVJ são ambiciosas e difíceis, requerendo

grande capacidade de coordenação estatal e forte articulação com a sociedade civil e os empresários. Outra fragilidade são os tradicionais gargalos de infraestrutura, destacando-se a deficiência da estrutura viária, a precariedade das estradas e o relativo isolamento da região, que dificulta o transporte de produtos e pessoas. Há também os problemas na qualidade e na oferta de energia e nos serviços de telecomunicações, com a baixa cobertura de telefonia móvel e o baixo acesso à Internet.

Enfim, as atividades produtivas sofrem particularmente com a baixa qualificação da mão de obra, com as dificuldades de acesso à água e com as deficiências dos órgãos públicos, que comprometem serviços como assistência técnica e extensão rural e a fiscalização ambiental.

## GRITOS DE ALERTA

O ribeirão das Gangorras  
Está prestes a secar  
Pelo desmatamento assoreado  
A sede não pode saciar.  
Águas barrentas sumindo... desaparecendo...  
Girinos e sapos perecendo,  
Peixes não podem procriar.  
O riacho Capivari  
Preguiçosamente corre aqui,  
Lançando minúscula foz  
No rio Araçuaí.  
No ribeirão do Fanado,  
Lânguidas águas se põe, a gemer:  
Mata ciliar doente,  
Plantas animais e gente  
Lutam pra sobreviver.  
Rio Jequitinhonha...  
Quando desamor, quanta artimanha!  
Desumanamente assoreado.

Águas poluídas, peixes ameaçados,  
O Vale sofrido, prejudicado.  
Triste história do rio Araçuaí  
No século XVIII, riquezas sem rival,  
Hoje, destituído de grandes valores:  
Ouro, pedras, praias, cachoeiras,  
Peixes grandes e lambaris,  
Deságua suas mágoas, suas dores,  
No Jequitinhonha, Barra do Pontal.  
Se o homem continuar insensível assim,  
Ignorando a beleza a riqueza da natureza,  
Através da moto serra, fogo, machado e facão,  
Amargará o fim... de toda região.  
Refletir, não desanimar,  
Ainda há tempo.  
Tanta beleza, tanta vida para salvar.  
De mãos dadas, vamos preservar.

Haydée Almeida Murta, de Berilo



# AMEAÇAS

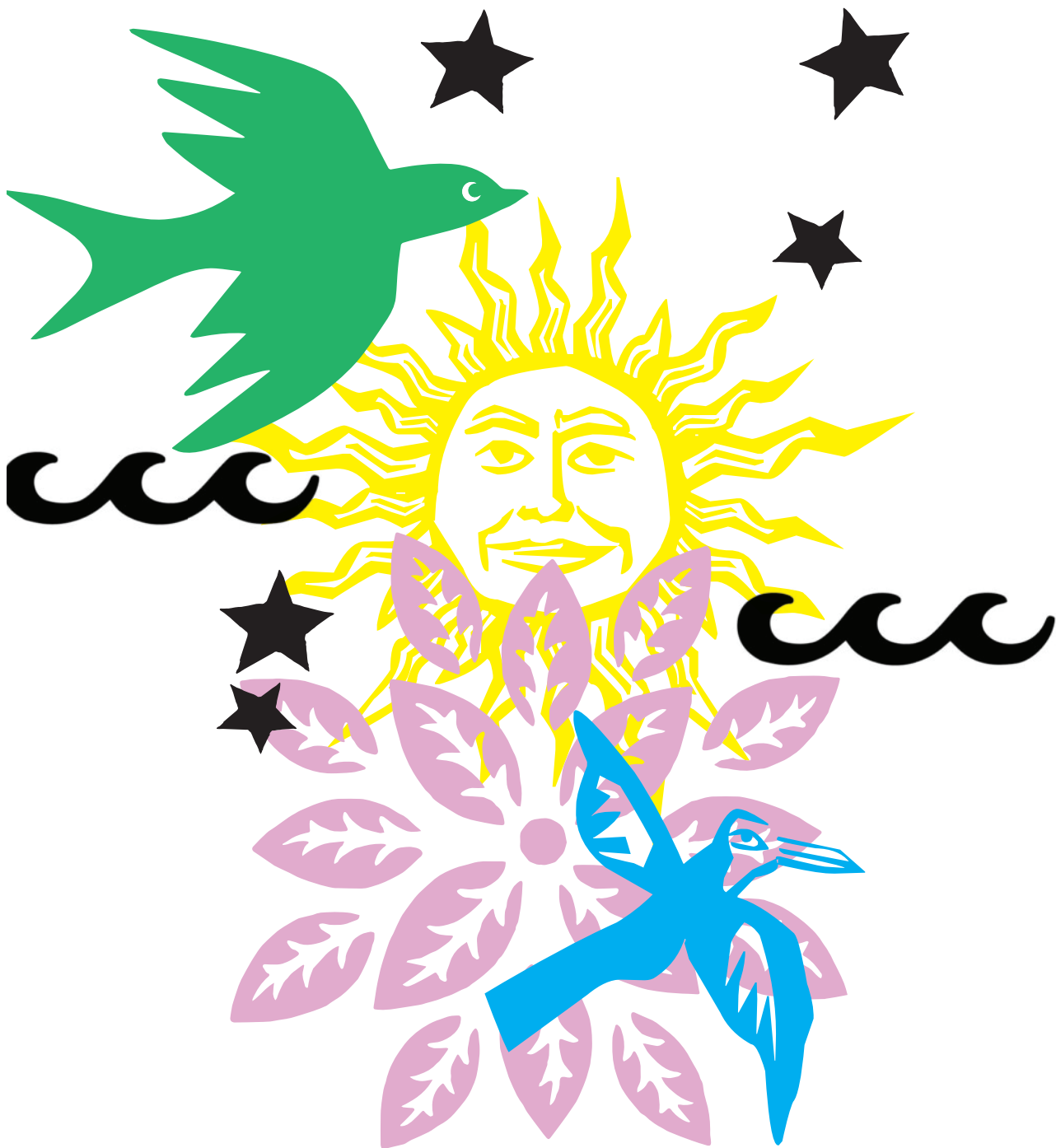
No tocante às ameaças, destacam-se a crise fiscal, o elevado comprometimento de recursos orçamentários com a folha de pessoal, os déficits orçamentários, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a histórica dificuldade de cooperação entre os entes federados. A crise fiscal que atinge os estados, inclusive o Governo de Minas Gerais, e a União tem implicações diretas na capacidade de alocação de recursos pelos entes estatais.

Nesse sentido, o elevado comprometimento de recursos orçamentários com a folha de pessoal e as despesas obrigatórias, bem como o déficit apresentado em seguidos resultados orçamentários, podem comprometer a realização dos investimentos necessários previstos no PDVJ.

A extinção do MDA reflete a falta de priorização de uma temática que é crítica para o desenvolvimento da região. Tal fato tem especial significância não somente para a execução de políticas para a agricultura familiar, mas também para a promoção e execução de um programa de desenvolvimento territorial. Deve-se destacar que o antigo ministério fora responsável pela execução de programas que adensaram a discussão sobre desenvolvimento territorial, tendo contemplado os territórios em questão.







## VALE DAS PEDRAS

Águas turvam meus olhos.  
Sem dia, a luz é agonia.  
Encanto nos seios das morenas, apenas.  
Amamentam a esperança, tanta.  
Areia que tudo esconde, onde?  
O amor, a vida, a solidão. Prisão!  
Descobre o suor, o sangue, o não.  
Querendo a vida, fadiga.  
Minas, pedras cristalinas.  
Pedras minhas a me abandonar  
Vão com os homens, nunca irão voltar.  
Paternalismo todo dia, alegria.  
Destroem meus ninhos.  
Quando é noite, açoite.  
Roubam até meus caminhos.  
Jequitinhonha em prantos, tantos!  
Mantos santos molhados.  
Pedras, terras, caatinga, gado.  
Uma cantoria, barriga vazia;  
Fé, roça, sobreviver.  
Pirraça, cachaça para viver.  
Soluções, eleições, ingratidões iguais.  
Caminhos, espinhos, piedade, nada mais.  
Léguas, chapadas, queimadas.  
Sol, mormaço, despedidas, um abraço.  
O rio, a sina, a seca, uma moringa.  
A capina, a foice, a riqueza.  
Os sóis, nos corações, levam aos olhos  
A chuva, imposições, tradições e contradições.



Luiz Carlos Prates, de Virgem da Lapa.



## OPORTUNIDADES

Entre as oportunidades percebidas no ambiente externo, destaca-se a consolidação de um sistema institucionalizado para as áreas da Saúde (SUS), Assistência Social (SUAS) e Educação (PNE), bem como a consolidação, nas últimas décadas, das políticas de Previdência Rural, Benefício de Prestação Continuada e Bolsa Família. Em virtude da elevada participação da agricultura familiar, as seguintes políticas têm também importância significativa para os territórios: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa 1 Milhão de Cisternas e Programa Luz para Todos.

No conturbado quadro fiscal e em face da dificuldade de se gerar receitas próprias, a distribuição do ICMS em Minas Gerais pelos critérios da Lei Robin Hood (MINAS GERAIS, 2009)<sup>2</sup> constitui uma oportunidade para o incremento das receitas dos municípios com maiores dificuldades financeiras. Outra oportunidade vem com a

possibilidade de realocação das terras anteriormente destinadas à plantação de eucalipto. Parcela dessas terras é fruto de contratos de cessão de terras devolutas por parte do Governo do Estado. Em face do término do prazo de cessão, parte dessas terras podem ser alocadas para programas com maiores retornos sociais.

Outra fonte de oportunidades surge com as novas tecnologias e a Internet, que se consolidaram no mundo globalizado e atuam na integração de pessoas, culturas e países. Esses novos mecanismos de comunicação abrem novas possibilidades de integração dos territórios em questão, além de abrir mercados (nacionais e internacionais) para os produtos locais e para o turismo.

Nos territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha encontram-se dois biomas considerados hot spots, o cerrado e a mata atlântica, classificados em função da alta biodiversidade e da ameaça de extinção a que estão expostos. A atenção internacional que isso suscita pode fortalecer

<sup>2</sup> A Lei Robin Hood, vigente desde 1996, estabelece critérios para distribuir 25% da parcela de repasses do ICMS aos municípios, sendo que os 75% restantes permanecem proporcionais ao Valor Agregado Fiscal (VAF) dos municípios. Trata-se de um instrumento de política pública para impulsionar a execução de determinadas políticas setoriais pelos municípios além de procurar sanar as disparidades da distribuição com base exclusiva no VAF, daí ser conhecida por "Robin Hood". Os critérios para distribuição, segundo a Lei 18.030/2009, que vigora a partir de 2011 são: área geográfica, população, educação, saúde, patrimônio cultural, meio ambiente, produção de alimentos, receita própria, recursos hídricos, turismo, esporte, sede de penitenciárias, ICMS solidário e mínimo per capita.





a mobilização de estratégias em torno da preservação ambiental, potencializando a captação de recursos internacionais, a instalação de Unidades de Conservação e o desenvolvimento de atividades de pesquisa buscando o uso econômico (e sustentável) da biodiversidade. Abre também oportunidade para políticas de pagamento por serviços ambientais.

Por fim, grande oportunidade passa pelas prioridades escolhidas pelo atual Governo de Minas Gerais, como a redução da pobreza rural e das desigualdades regionais. Alguns passos foram dados nesse sentido, potencializados pela criação dos Fóruns Regionais e pela ênfase em práticas participativas. Destaca-se também a criação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, que reflete uma decisão

política de priorização da temática da agricultura familiar. Deve-se considerar também que os Fóruns dialogam diretamente com a anterior política de Territórios da Cidadania, sugerindo um formato institucional que pode contribuir para melhorar a coordenação e priorizar ações adequadas ao desenvolvimento territorial.

Em face a esse cenário geral, as propostas de desenvolvimento para a região foram organizadas em cinco eixos de intervenção: (1) Recursos Hídricos, (2) Desenvolvimento Produtivo, (3) Desenvolvimento Social, (4) Infraestrutura Econômica e (5) Gestão Municipal. Para cada um desses eixos, foram definidas as estratégias e as ações correspondentes. Aquelas prioritárias serão apresentadas a seguir.





## **DONA GERALDA**

**O algodão, a terra – Esperança.**

**As mãos.**

**A semente, o crescimento – A flor do algodão.**

**Branca, parda e hoje também verde**

**Flor do Jequitinhonha.**

**As mãos**

**Colhem, acolhem, dividem. Transformam**

**Semente e fibra.**

**Fios, pavios, cordões nas mãos da artesã.**

**Incansáveis a realizar mais uma transformação.**

**As mãos.**

**Trançam, retrançam, urdem – Vai e volta.**

**Silêncios, cantorias, contas e conto.**

**As mãos.**

**Desejos, sonhos, transformação.**

**Colchas, panos, cortinas, tapetes...**

**O sustento, a esperança.**

## **Terezinha Furiati**





## VALE DE RIQUEZAS 2

ALGUNS OFÍCIOS:

### PANELEIRA (CERAMISTA)

O ofício de modelar panelas tem como uma das suas principais representantes a Dona Zizi, moradora do distrito de Guaranilândia, à beira do Rio Jequitinhonha, no município que leva o mesmo nome: Jequitinhonha. Dona Zizi tem como seu quintal o rio, o barco, o peixe, o barro. Uma das poucas mulheres que insistem em modelar panelas, sem torno, sem molde, queimadas em forno de barro, em processo semelhante àquele encontrado no saber-fazer cerâmico da região nordeste de Minas Gerais. Dona Zizi, de cerca de 80 anos, é a última paneleira de Guaranilândia, distrito de Jequitinhonha (MG). Ainda criança, começou a produzir panelas, potes,oringas, gamelas com ferramentas muito simples: um pilão, um pedaço de couro, algumas pedras e uma pequena faca. Uma confecção completamente artesanal, que exige dedicação, observação e muita habilidade. Com o advento dos utensílios de alumínio, as panelas de barro perderam seu espaço. No entanto, a mestra não desanima e continua ensinando o trabalho, agora para os netos.

## DONA ZEFA

Zefa Alves dos Reis, que se anuncia  
Vim de longe, das bandas do sertão  
Onde o rei do cangaço, Lampião  
Fez história com sua valentia  
De Sergipe, Alagoas ou Bahia  
Vim das terras de Antônio Conselheiro  
Desde nova eu lia o tempo inteiro  
E até hoje eu escuto alegremente  
Dona Zefa diverte a nossa gente  
Conta mais uma história bem ligeiro

Quando a seca castiga sobra nada  
Faz estrago no seio da família  
Lá se foi meu irmão fazer Brasília  
Me deixando sozinha com a cunhada  
Adispois nós metemo pé na estrada  
Foi Araçuaí o paradeiro  
Começamo a fazê algum dinheiro  
Jânio Quadros já era presidente  
Dona Zefa, diverte a nossa gente  
Conta mais uma história bem ligeiro

Profissão nós num tinha com contrato  
Mas também num fugia da labuta  
Nós vendemo vassoura, jóia e fruta  
E até cama de prego eu fiz de fato  
Trabaiando e fazendo artesanato  
Descobri um talento verdadeiro  
Se o milagre da vida é passageiro  
De conversa em conversa  
Eu sigo em frente  
Dona Zefa, diverte a nossa gente,  
Conta mais uma história bem ligeiro

Desde nova com gosto e serventia  
Alegrei por aí contando história  
Tanto causo guardado na memória  
Que até bis as pessoa me pedia  
Nessa época rádio não havia  
Nem TV pá entretê os brasileiro  
Eu contava meus causo mais matreiro  
E fazia meu povo tão contente  
Dona Zefa, diverte a nossa gente  
Conta mais uma história bem ligeiro

Trecho do espetáculo teatral O Evangelho  
Segundo Dona Zefa, texto e direção de Zeca Ligiéro





## FIANDEIRA

O ofício de Fiandeira está aqui representado pela Mestra Geralda Leite Sena, nascida em 1927, na comunidade de Pacheco, município de Francisco Badaró. Filha de fiandeira, tem como ofício transformar alguma espécie de fibra como a lã e o algodão em fio. Seguindo os antepassados, dedicou toda a vida ao algodão, sem nunca ter desistido de fiar e tecer. Do algodão sabe tudo, desde a semente no chão, até a transformação da flor em fios, pavios e cordões – e depois em panos, colchas e roupas. Seu saber foi repassado para seus filhos, amigos e vizinhos. “Dos filhos, apenas uma seguiu sua profissão”, conta, Mestra Geralda.

## ESCULTURA EM MADEIRA

A escultura em madeira tem como uma de suas principais artistas Mestra Zefa, que tem dentre seus discípulos o artista Marcinho, de grande habilidade criativa e técnica. Zefa produz peças de tamanhos variados, com motivos humanos e às vezes de inspiração sacra, como ela mesma explica. Semblantes fechados, de traços simples e grande expressividade são marcantes na sua obra.













“No Vale do Jequitinhonha existem muitas coisas maravilhosas, mas o que eu mais amo no Vale é o povo dessa terra, é o povo que mora, que vive aqui, em cada cidade, nas zonas rurais, nos distritos, o povo do Vale é seu maior valor”.

**Jean Freire, de Itaobim.**



“Pra mim o Vale é esse amplo espaço de viver, de amar, de ser, de conhecer e tanta coisa bonita que eu poderia falar. Além do Jequitinhonha, tem um rio que corre pelo Vale, dentro de todos nós, que nos traz a esperança para continuar lutando e vivendo em nossa terra”.

**Lia Queiroz, de Itaobim.**





“O que eu mais gosto aqui no Vale é a beleza natural, eu acho lindo o rio, as pedras, as montanhas e também as pessoas que são guerreiras, resistentes, não desistem nunca e são muito acolhedoras”.

**Luciana, de Almenara.**



“Eu vejo o Vale do Jequitinhonha com grande potencial, mas é necessário que nós, que vivemos e somos do Vale, acreditemos nisso. Porque se a gente acreditar no que falam lá fora, do vale da miséria, do vale da pobreza, nós seremos eternamente pobres, mesmo apesar de tanta riqueza: riqueza cultural, humana, mineral, temos diversas fontes de riquezas”.

**Zuzu, de Araçuaí.**









# ESTRATÉ GIAS E AÇÕES





**Essa tal de estratégia  
Já deu muito o que falar  
Em Latim é strategi  
Usada até pra guerrear**

**O que todo mundo sabe  
É que na hora da luta  
Vale mais ter estratégia  
E ela muito ajuda**

**No vale de verso e viola  
Nós temos muitas riquezas  
O povo, as montanhas, o rio  
Imensidão de belezas**

**Mas o que ainda carece  
É usarmos essas potências  
Com a tal da estratégia  
E com nossas experiências**

**Tem gente que sabe de água  
E a ela preservar  
Tem gente que tem ideia  
Pro plantio modernizar**

**Saúde ou segurança  
Cultura, educação  
Vamos em todas as áreas  
Sempre ter inovação**

**Onde falta estrutura  
Onde há falta de gestão  
Pensarmos em estratégias  
Pra chegar na solução**





Como você já percebeu, muita gente participou e deu sugestões para construirmos propostas de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha que aproveitassem todas as potencialidades e oportunidades que a região tem! E, com muito trabalho colaborativo, chegamos em definições de cinco eixos principais de intervenção: (1) Recursos hídricos, (2) Desenvolvimento produtivo, (3) Desenvolvimento social, (4) Infraestrutura econômica e (5) Gestão municipal.

Para cada um desses eixos foram definidas estratégias e suas ações correspondentes. Confira aqui as propostas prioritárias!\*

**\* As demais poderão ser encontradas no volume 1 do Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha, disponível na página eletrônica da Fundação João Pinheiro: [www.fjp.mg.gov.br](http://www.fjp.mg.gov.br)**



# RECURSOS HÍDRICOS



*Este eixo de intervenção é constituído pelas seguintes estratégias: 1) preservação dos recursos hídricos e 2) implementação de pagamentos por serviços ambientais.*



## ESTRATÉGIA 1: PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

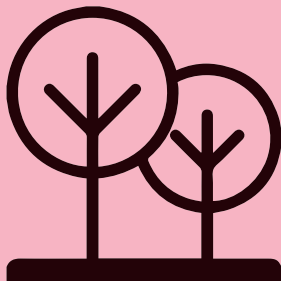
Os territórios do Jequitinhonha, embora com diferenças, têm baixa disponibilidade natural de recursos hídricos, tanto superficiais quanto subterrâneos. O mais preocupante é que seu grau de comprometimento vem se elevando nas últimas décadas, em função de fatores de pressão diversos, principalmente aqueles ligados à expansão da monocultura de eucalipto, da produção de café, da pecuária, da mineração, do desmatamento em geral e do consumo humano. A questão dos recursos hídricos, deve-se salientar, é crítica tanto para a qualidade de vida das pessoas como para a atividade produtiva.

### AÇÕES PRIORITÁRIAS:



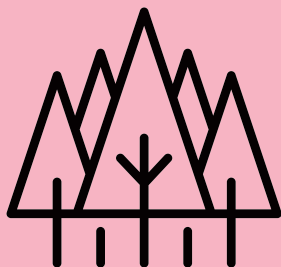
**1. Ampliar o número de Unidades de Conservação nos territórios (Lei 9.985/00);**

.....



**2. Criar Corredor Ecológico Interterritorial desde a nascente do Jequitinhonha até o limite com o estado da Bahia, contendo ramificações para as principais sub-bacias hidrográficas;**

.....



**3. Elaborar um plano de zoneamento ambiental promovendo a gestão integrada dos territórios para melhor alocar as plantações de eucalipto, evitando as áreas de recarga de aquíferos.**

.....

## **ESTRATÉGIA 2: IMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS**

O mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais prevê a remuneração financeira ao produtor rural que restaura e/ou destina parte de sua propriedade para preservação de áreas nativas, prestando um importante serviço ambiental para a sociedade no provimento de água e na fixação de carbono e contribuindo para a regulação do clima local ou regional.

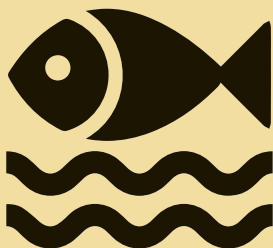
### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**



**1. Implementar política pública regional de incentivos econômicos voltados para a implementação do mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) com foco na produção de água (PSA ÁGUA) e na fixação de Carbono (PSA Carbono).**

Trata-se de bonificar financeiramente produtores rurais que cercarem nascentes, preservarem áreas nativas, restaurarem áreas florestais com espécies nativas e ampliarem áreas de cobertura vegetal;

.....



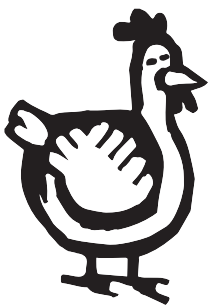
**2. Criar um fundo de pagamento por serviços ambientais para o Jequitinhonha, gerido pelos comitês de bacias hidrográficas;**

.....



**3. Fazer acordos com empresas que lidam com grandes empreendimentos e fazem uso intenso de recursos hídricos para que participem do Pagamento por Serviços Ambientais.**

.....







# DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

*O eixo Desenvolvimento Produtivo é constituído pelos seguintes subeixos: 1) agropecuária, 2) agroindústria, 3) indústria, 4) mineração e 5) turismo*

## 1. AGROPECUÁRIA

Este subeixo é composto pelas seguintes estratégias: 1) promoção da regularização fundiária e fortalecimento do acesso à terra; 2) fortalecimento da fiscalização do meio ambiente e agilidade na obtenção de licenças ambientais; 3) fortalecimento e promoção da pesquisa agropecuária e da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); 4) fortalecimento da comercialização dos produtos da agricultura familiar; 5) estímulo às associações de agricultores familiares; 6) fortalecimento de produtos estratégicos para a região; 7) redução dos impactos ambientais da monocultura do eucalipto e adoção de medidas visando à ampliação do seu retorno econômico para a região.

## **ESTRATÉGIA 1: PROMOÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E FORTALECIMENTO DO ACESSO À TERRA**

A maior parte das pessoas que vivem no meio rural no Jequitinhonha não tem a titulação da terra, o que causa insegurança jurídica, desestimula investimentos e pode limitar o acesso a políticas públicas. Assentamentos da reforma agrária e terras indígenas e quilombolas merecem atenção diferenciada.

### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**



**1. Ampliar e agilizar o processo de regularização fundiária, simplificando e reduzindo os custos dos trâmites judiciais e extrajudiciais, apoiando mutirões e criando uma instância de controle social;**

.....



**2. Ampliar e agilizar os processos de titulação de territórios quilombolas e de delimitação e demarcação das terras indígenas;**

.....



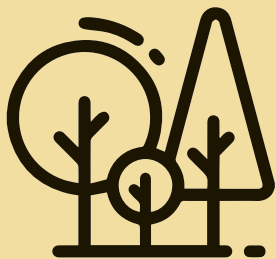
**3. Desburocratizar o acesso ao crédito fundiário, sobretudo para o público jovem.**

.....

## **ESTRATÉGIA 2: FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E AGILIDADE NA OBTENÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS**

Faz-se essencial agilizar o processo de licenciamento ambiental, evitando a morosidade que atrasa os investimentos/empreendimentos. Isso deve ser feito sem comprometer a capacidade de fiscalização do meio ambiente.

### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**



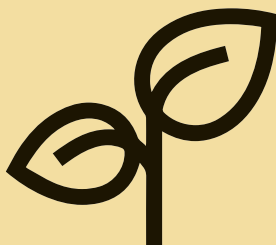
**1. Fortalecer o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e a Superintendência Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM/FEAM) para que tenham atuação em todos os municípios;**

.....



**2. Modernizar o atendimento e o procedimento para obtenção de licenças por meio de formulários de cadastros informatizados;**

.....



**3. Fortalecer as funções orientadoras dos órgãos ambientais em detrimento das punitivas.**

.....

### **ESTRATÉGIA 3: FORTALECIMENTO E PROMOÇÃO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)**

As atividades ligadas à **ATER** são essenciais para o pequeno e médio produtor, ao gerarem e disseminarem conhecimentos de natureza técnica, econômica, ambiental e social e apoiarem o uso de tecnologias sociais e dos saberes tradicionais. O quadro hoje é que os órgãos responsáveis não têm técnicos em número suficientes, sendo incapazes de lidar com a ampla demanda. Há também espaço para maior participação de ONGs e universidades. Especial atenção deve ser concedida aos assentamentos e a terras indígenas e quilombolas.

#### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**



1. Aumentar o número de técnicos da EMATER e da EPAMIG e fortalecer os programas de capacitação;  
.....



2. Fortalecer a pesquisa agropecuária e aproximá-la dos agricultores;  
.....



3. Fortalecer os órgãos municipais ligados à assistência técnica e à extensão rural;  
.....



4. Estimular a formação de parcerias com universidades e ONGs.  
.....

### **ESTRATÉGIA 4: FORTALECIMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Um dos principais gargalos da agricultura familiar está na comercialização. Apesar dos avanços verificados nas últimas décadas, há grande dificuldade para escoar a produção, acarretando em perdas e desperdício.

#### **AÇÕES PARA FORTALECER OS PROGRAMAS DE COMPRAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS:**



1. Adequar os cardápios das escolas aos alimentos possíveis de serem produzidos localmente;  
.....



2. Conferir assistência ao agricultor para preparação e entrega dos produtos nas condições exigidas pelos editais;  
.....



3. Mobilizar prefeituras, secretarias municipais e diretores de escola para ampliar a participação da agricultura familiar nas compras da alimentação escolar;  
.....



4. Antecipar a liberação de recursos para a realização das chamadas públicas para a aquisição de gêneros alimentícios desde o início do período escolar;  
.....



5. Fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por adesão.  
.....

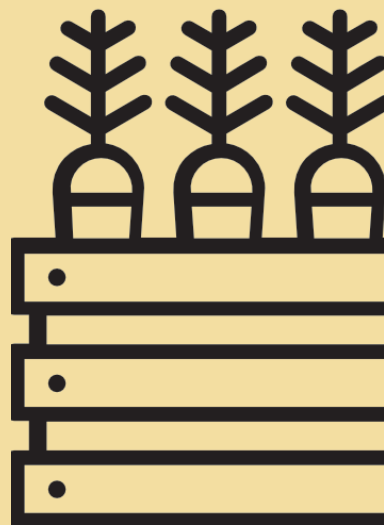
## AÇÕES PARA FORTALECER AS FEIRAS:

1. Organizar o transporte de produtores e de produtos, com coparticipação de recursos públicos, possibilitando a maior participação nas feiras;

2. Promover a reordenação dos espaços das feiras e mercados municipais, privilegiando a agricultura familiar e regulando a atuação de ambulantes.

## OUTRAS FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO:

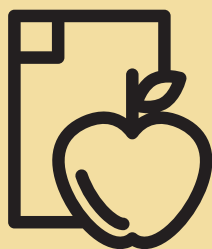
Certificar e tornar mais barato o processo de certificação dos produtos orgânicos e agroecológicos. Ampliar a participação das universidades no processo de certificação por meio da adoção de editais específicos.



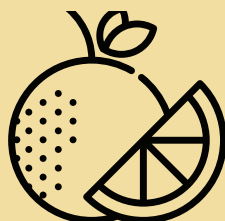
## ESTRATÉGIA 5: ESTÍMULO ÀS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES

As associações reduzem o isolamento do agricultor e facilitam o acesso a políticas de assistência técnica, a programas de comercialização e ao crédito. Tendem também a fortalecer o empoderamento e a autoestima do agricultor.

## AÇÕES PRIORITÁRIAS:



1. Reduzir as taxas cobradas, a burocracia legal e os custos de operação das associações de agricultores familiar;



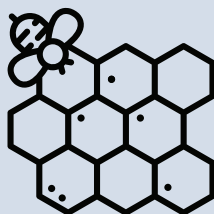
2. Trabalhar para que as políticas públicas envolvam no seu processo de implementação as associações comunitárias rurais.



## **ESTRATÉGIA 6: FORTALECIMENTO DE PRODUTOS ESTRATÉGICOS PARA A REGIÃO**

Alguns produtos apresentam um potencial para a geração de emprego e renda e devem ser priorizados como eixos de desenvolvimento para a região. Necessitam, em geral, de apoio para o aumento da produtividade e para o beneficiamento e a comercialização.

### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**



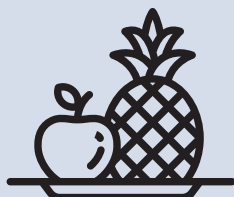
1. Promover parcerias com empresas de reflorestamento para expansão das áreas para a produção do mel;

.....



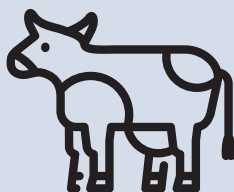
2. Agilizar o processo de inspeção sanitária/fiscalização para a obtenção do selo para a comercialização intermunicipal do mel;

.....



3. Fortalecer as políticas voltadas para os centros de comercialização, beneficiamento e classificação do café;

.....



4. Fortalecer a cadeia da fruticultura por meio de programas de irrigação, preparo do produto, abertura de linhas de comercialização e concessão de estímulos fiscais para o processamento;

.....



5. Estimular a criação e a regularização de abatedouros e frigoríficos e melhorar a vigilância sanitária na pecuária;

.....

6. Estimular a cadeia do leite, com incentivo a associações e laticínios.

.....

## **ESTRATÉGIA 7: REDUÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DA MONOCULTURA DO EUCALIPTO E ADOÇÃO DE MEDIDAS VISANDO À AMPLIAÇÃO DE SEU RETORNO ECONÔMICO PARA A REGIÃO**

A silvicultura tem impacto limitado na economia da região, gera poucos impostos e os produtos saem em forma bruta, agregando pouco valor. Além disso, são altos os impactos negativos sobre o meio ambiente. Isso justifica a maior aplicação dos impostos gerados pela atividade na região, assim como a exigência de maiores contrapartidas por parte das empresas. Tende a justificar também o redirecionamento das terras com contratos expirados.

### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**



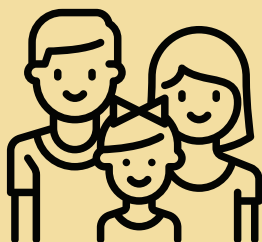
**1. Revisar os contratos de concessão de terras que já expiraram ou estão próximos a expirar e redirecioná-las, com participação da sociedade, para usos alternativos;**

.....



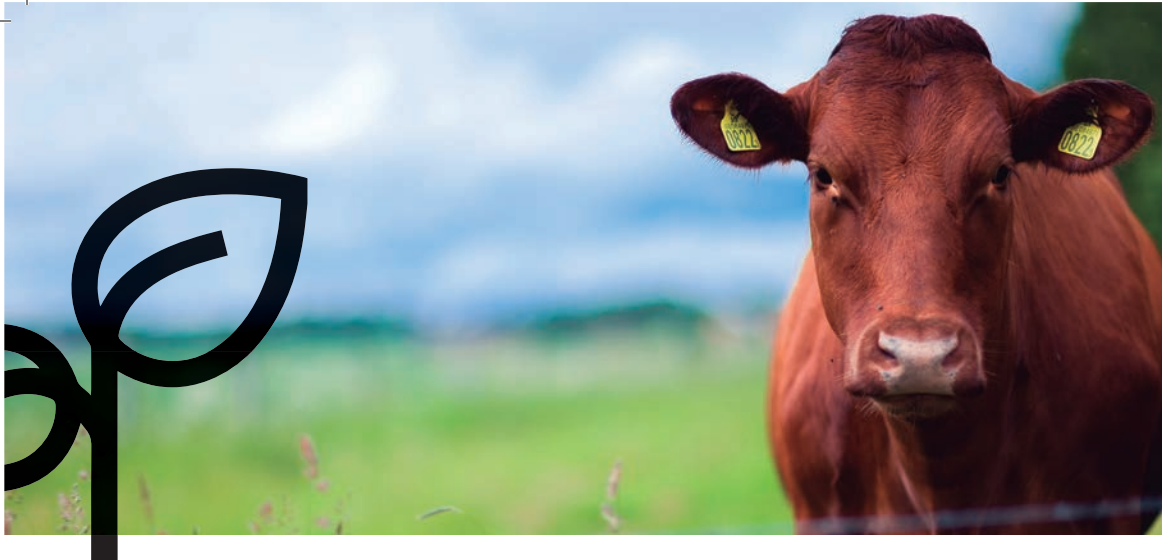
**2. Incentivar as atividades que utilizam o eucalipto como matéria-prima processada na própria região;**

.....



**3. Garantir a aplicação dos impostos gerados na atividade em projetos sociais, culturais e econômicos da própria região.**

.....



## 2. AGROINDÚSTRIA

Este subeixo é constituído pela seguinte estratégia:

### ESTRATÉGIA:

### FORTALECIMENTO DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

A agroindústria familiar abre oportunidades para o agricultor agregar renda, garantindo a manutenção da atividade produtiva em períodos de entressafra. Entre as dificuldades que enfrenta, destacam-se os limites na fiscalização/inspeção sanitária, assim como questões ligadas à legislação tributária.

### AÇÕES PRIORITÁRIAS:



1. Resolver as incompatibilidades entre as legislações tributária e previdenciária, garantindo que a venda de produtos da agroindústria familiar não comprometa o direito à aposentadoria rural;

.....



2. Permitir a venda pelas associações comunitárias para os mercados institucionais;

.....



3. Simplificar as exigências sanitárias, adequando-as às especificidades da pequena produção;

.....



4. Incentivar a criação e o fortalecimento dos serviços de inspeção municipal e de sua atuação por meio de consórcios.

.....



## 3.INDÚSTRIA

Este subeixo é constituído pela seguinte estratégia:

### **ESTRATÉGIA: FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA**

A indústria, um setor de alta produtividade e com alta demanda por serviços de maior complexidade, é pouco desenvolvida na região. Há, no entanto, oportunidades, incluindo a agregação de valor às atividades da silvicultura, da mineração e da agropecuária.

### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**

- 1.** Fortalecer a indústria de madeiras e móveis no Alto Jequitinhonha, priorizando a capacitação da mão de obra e a participação em rodadas de negócios internacionais;
- 2.** Incentivar as empresas processadoras de frutas e de outros produtos primários;
- 3.** Promover maior agregação de valor na cadeia de gemas e joias, instalando centros de lapidação para a elaboração de joias e peças artesanais de bijuterias, adornos e ornamentos;
- 4.** Estimular o beneficiamento das rochas ornamentais extraídas dos territórios;
- 5.** Estimular o aproveitamento de rejeitos da lavra e do beneficiamento dos minerais;
- 6.** Incentivar o processamento do lítio na região.



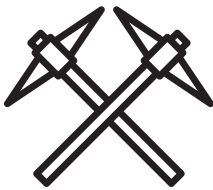
## 4. MINERAÇÃO

Este subeixo é constituído pela seguinte estratégia:

### ESTRATÉGIA: GERAÇÃO DE CONHECIMENTO MAIS DETALHADO E APROFUNDADO DAS POTENCIALIDADES DOS TERRITÓRIOS NO SETOR DE MINERAÇÃO

Uma política de desenvolvimento do setor de mineração no Jequitinhonha deve estar embasada em um conhecimento mais detalhado e aprofundado das potencialidades da região. Esse detalhamento poderia alavancar as reservas potenciais e as reservas reais e dar impulso às ações de apoio direto à atividade minerária.

#### AÇÕES PRIORITÁRIAS:



1. Com base no mapeamento geológico já existente, mapear as áreas potenciais em escala compatível com a descoberta e detalhamento de depósitos minerais;

.....



2. Atualizar as informações sobre reservas, produção e comercialização de minerais nos territórios.

.....





## 5. TURISMO

As estratégias que compõem este subeixo são: 1) estruturação e qualificação da oferta turística; 2) estímulo à demanda e fortalecimento da comercialização turística; 3) fortalecimento do sistema de gestão do turismo e suas instituições.

### ESTRATÉGIA 1: ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

Os territórios do Jequitinhonha apresentam necessidade de estruturação da maioria dos atrativos turísticos e de sua articulação para a formatação de roteiros e produtos turísticos. Ênfase maior deve ser dada aos atrativos e roteiros que tenham maior potencial de atratividade, condições propícias para o investimento, condições favoráveis de acesso e instrumentos de gestão urbana.

#### AÇÕES PRIORITÁRIAS:



1. Estruturar, qualificar e comercializar os atrativos e roteiros turísticos de maior potencial de atratividade (internacional, nacional e regional);

.....



2. Fomentar o aperfeiçoamento de inventários, diagnósticos e estudos que contribuam para a melhoria contínua do planejamento turístico municipal e regional, envolvendo a comunidade local;

.....



3. Qualificar serviços e equipamentos turísticos e fomentar o empreendedorismo;

.....



4. Garantir infraestrutura, serviços públicos para o turismo e para instrumentos de gestão urbana.

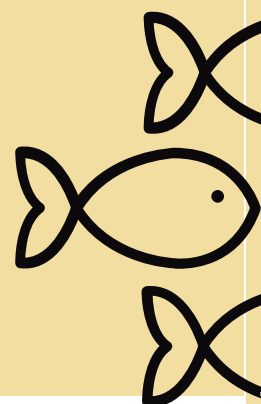
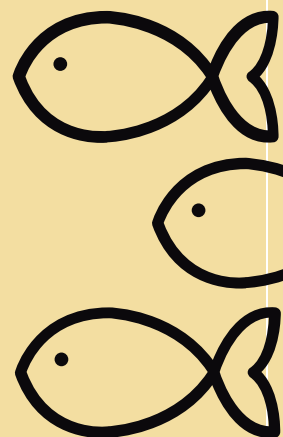
.....

## **ESTRATÉGIA 2: ESTIMULO À DEMANDA E FORTALECIMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO TURÍSTICA**

De modo geral, identifica-se um desconhecimento dos potenciais turísticos dos territórios do Jequitinhonha. Os atrativos e destinos turísticos são pouco divulgados e a grande maioria não é comercializada. Diamantina e Serro recebem o maior fluxo de turistas, mas também são identificados fluxos relevantes de turistas que apenas pernoitam em cidades da região a caminho de Porto Seguro (BA).

### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**

- 1.** Desenvolver e implementar campanhas de marketing e mecanismos de estímulo para captar fluxos de mercados potenciais diretamente interessados em Diamantina e Serro e atraí-los para atrativos dos territórios do Jequitinhonha;
- 2.** Desenvolver e implementar mecanismos de incentivo para turistas em rota para as praias do Sul da Bahia e Espírito Santo a conhecer e pernoitar em destinos dos territórios do Jequitinhonha;
- 3.** Identificar o perfil e desenvolver estratégias para atrair a demanda potencial existente nos estados da Bahia e do Espírito Santo para conhecer e pernoitar no Vale, valendo-se de Diamantina como principal destino turístico e polo de atração;
- 4.** Realizar pesquisa de demanda e plano de marketing a fim de orientar campanhas de marketing digital com foco no turismo cultural;
- 5.** Apoiar municípios, circuitos turísticos e receptivos turísticos a desenvolver competência em marketing digital para utilizar a Internet e as mídias sociais como canais de promoção e comunicação, de modo a atingir os turistas potenciais;
- 6.** Encontrar soluções práticas em conjunto com entidades representativas do setor para adequar o portfólio de produtos turísticos ofertados às necessidades das operadoras (escala) e ao perfil predominante dos turistas;
- 7.** Fomentar parcerias com meios de comunicação (tradicionais e de mídias sociais) para ampliar a divulgação dos atrativos, eventos e manifestações culturais da região.



### **ESTRATÉGIA 3: FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DO TURISMO E SUAS INSTITUIÇÕES**

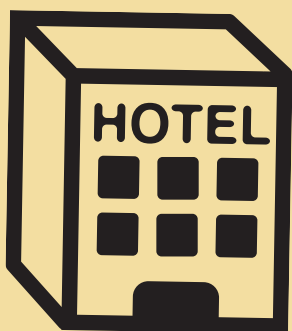
A maioria dos municípios da região defronta-se com dificuldades financeiras e de recursos humanos para planejar e gerir o turismo municipal. Faltam recursos e linhas de financiamento adequadas para os investimentos estruturais necessários ao turismo, assim como para o planejamento e ordenamento urbano em geral.

#### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**



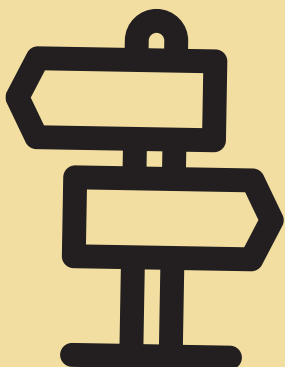
**1.** Apoiar a realização de parcerias e a formação de uma rede para a integração de ações e projetos municipais e regionais de turismo;

**2.** Repassar aos municípios e circuitos turísticos as metodologias e informações estratégicas da SETUR-MG/Observatório do Turismo para a gestão e planejamento municipal e regional;



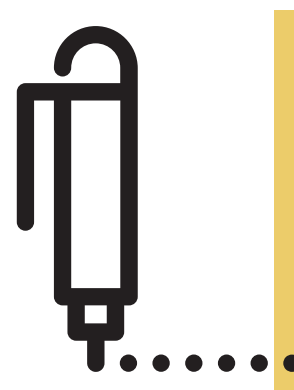
**3.** Adequar a composição e a organização dos Circuitos Turísticos da região seguindo orientações da SETUR-MG;

**4.** Estimular os municípios de maior potencial turístico a pleitear recursos do ICMS turístico e investir em um sistema de gestão turística municipal;



**5.** Fomentar o desenvolvimento turístico por meio de editais da SETUR-MG para execução de ações pelos municípios e/ou Circuitos Turísticos;

**6.** Estimular para que os quatro circuitos turísticos presentes na região se articulem e desenvolvam um planejamento e gestão de forma integrada.





# DESENVOLVIMENTO SOCIAL

*Este eixo de intervenção foi dividido nos seguintes subeixos: 1) educação, 2) saúde, 3) assistência social, 4) saneamento, 5) habitação, 6) cultura e 7) segurança pública.*

## 1. EDUCAÇÃO

O subeixo Educação é composto pelas seguintes estratégias: 1) garantia do acesso ao ensino de qualidade; 2) formação e capacitação dos docentes e gestores; 3) melhoria da gestão da educação; 4) implantação e expansão da educação profissional e de ensino superior.





## **ESTRATÉGIA 1: GARANTIA DO ACESSO AO ENSINO DE QUALIDADE**

A falta de investimento educacional nos períodos passados resultou em uma população adulta com baixo nível de escolaridade e altos percentuais de analfabetismo. Vale destacar também a alta proporção de alunos que chegam ao 6º ano do ensino fundamental sem saber ler e escrever.

### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**



1. Criar programas de bolsas de estudos nos moldes do Projovem Campo – Saberes de Minas, com monitoramento das escolas e das Superintendências Regionais de Educação (SRE), para os anos finais do ensino do fundamental, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA);

.....



2. Criar programa de acompanhamento e reforço nas escolas para os alunos com dificuldade de aprendizagem, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental.

.....

## **ESTRATÉGIA 2: FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS DOCENTES E GESTORES**

Há um percentual considerável de professores sem curso superior atuando principalmente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Nos anos finais do fundamental, ensino médio e EJA, o problema é a significativa porcentagem de professores que possui formação superior de licenciatura em área diferente daquela em que leciona.

### **AÇÃO PRIORITÁRIA:**



1. Capacitar os professores, gestores e técnicos das redes estaduais e municipais, em suas respectivas áreas de atuação, conforme os níveis e modalidades de ensino, principalmente nas modalidades do campo, alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

.....



### **ESTRATÉGIA 3: MELHORIA DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO**

Foi constatado que os municípios do Jequitinhonha não têm atingido a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de colocar 100% das crianças de 4 e 5 anos de idade na escola. O principal entrave seria garantir o acesso dessas crianças na área rural, já que não existem escolas em algumas localidades e o custo e riscos do transporte são elevados. A infraestrutura das escolas também aparece como um ponto crítico. Outro problema apontado foi o processo de nucleação das escolas, que desarticulou as instituições de ensino das áreas rurais e aumentou o gasto com transporte escolar.

#### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**



1. Rever o sistema de nucleação das escolas, com vistas à alteração do modelo atual e como estratégia para o atendimento das crianças de 4 e 5 anos;

.....



2. Ampliar a metodologia da educação do campo nas escolas públicas, com adequação dos currículos e calendários à demanda do meio rural, avaliando a possibilidade de adotar em algumas escolas metodologias similares às adotadas nas Escolas Família Agrícolas (EFA).

.....

### **ESTRATÉGIA 4: IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DE NÍVEL SUPERIOR**

O ensino profissionalizante é importante não apenas como forma de qualificar os jovens para o mercado de trabalho, mas também para estimular a sua permanência no sistema de ensino. Ademais, a necessidade de implantação e expansão dos cursos técnicos esteve fortemente presente entre as demandas apresentadas nos Fóruns Regionais em ambos os territórios, o que se explica pela reduzida oferta dessa modalidade de cursos na região.

#### **AÇÃO PRIORITÁRIA:**



1. Ofertar cursos de qualificação (Formação Inicial Continuada) para os alunos dos anos finais do ensino fundamental, do ensino médio e do EJA, em horários que sejam adequados para esses alunos. Os cursos devem ser ofertados com continuidade e diversidade, em consonância às potencialidades econômicas da região e à capilaridade territorial, incluindo a qualificação para o trabalho no campo.

.....

## 2. SAÚDE

Este subeixo foi dividido nas seguintes estratégias: 1) ampliação do acesso à atenção à saúde de qualidade; 2) melhoria da gestão do SUS.



### ESTRATÉGIA 1: AMPLIAÇÃO DO ACESSO À ATENÇÃO À SAÚDE DE QUALIDADE

No que diz respeito à atenção primária, reitera-se que nas áreas urbanas, onde a cobertura se encontra praticamente universalizada, o principal desafio consiste em aumentar a sua resolutividade. No meio rural, entretanto, é necessário também ampliar a cobertura nas comunidades mais afastadas e de difícil acesso. No tocante à atenção secundária e terciária, são inúmeros os problemas, podendo-se destacar a oferta insuficiente de procedimentos, as dificuldades para fixar médicos e as deficiências na gestão.

#### AÇÕES PRIORITÁRIAS:

1. Apoiar a expansão da cobertura das Equipes de Saúde da Família (ESF) no meio rural por meio de unidades móveis com equipe itinerante para atender as comunidades mais distantes;
2. Estimular a implantação de protocolos assistenciais, que valorizem a atenção programada, a priorização do atendimento e o encaminhamento de modo adequado;
3. Apoiar os municípios na organização dos sistemas locais de Vigilância em Saúde;
4. Implementar os Centros de Especialidade Médicas (CEM) nos territórios do Jequitinhonha, conforme previstos pela SES-MG;
5. Concluir o Hospital Regional de Teófilo Otoni e construir o segundo hospital regional previsto para a região;

### ESTRATÉGIA 2: MELHORIA DA GESTÃO DO SUS

São vários os problemas de gestão do SUS, que envolvem desde o desconhecimento de suas regras até o registro inadequado das informações.

#### AÇÃO PRIORITÁRIA:

1. Implementar programas de capacitação dos gestores municipais no que diz respeito aos instrumentos de planejamento, à gestão financeira e orçamentária e ao controle social no SUS.



### 3. ASSISTÊNCIA SOCIAL

O subeixo da Assistência Social é composto pelas seguintes estratégias: 1) fortalecimento da atenção a crianças, adolescentes, jovens e idosos; 2) articulação com as entidades socioassistenciais existentes nos territórios; 3) qualificação permanente da gestão da assistência social.

#### ESTRATÉGIA 1: FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO A CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E IDOSOS

As intervenções que visam prevenir, reduzir e/ou enfrentar a exposição a fatores de risco social e a violação de direitos de crianças, adolescentes e jovens têm sido pouco efetivas quanto à abrangência dos serviços ofertados e à atratividade de seus conteúdos. Os idosos em situação de vulnerabilidade têm sido alvo de negligência familiar, abuso econômico e outras violações de direito.

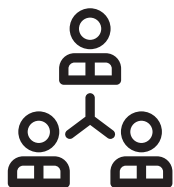
#### AÇÕES PRIORITÁRIAS:

1. Introduzir novos conteúdos e metodologias de intervenção socioassistenciais para o público adolescente e jovem, bem como ações que visem coibir a violação de direitos;
2. Promover ações de esclarecimento da sociedade e da população idosa em relação aos seus direitos, associadas a intervenções que coíbam a intermediação de terceiros para o requerimento de benefícios.

## **ESTRATÉGIA 2: ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS EXISTENTES NOS TERRITÓRIOS**

Em face da forte presença de ONGs, as quais desenvolvem projetos importantes no enfrentamento de questões como exploração sexual de crianças e adolescentes e violência contra mulheres e idosos, inclusive na zona rural, cabe ao poder público promover a articulação e a integração de suas ações com o trabalho dessas entidades.

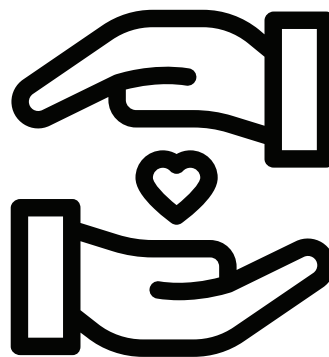
### **AÇÃO PRIORITÁRIA:**



**Criar mecanismos para uma articulação permanente e mais eficiente com as entidades socioassistenciais existentes visando à troca de experiências com os órgãos públicos da assistência social.**

## **ESTRATÉGIA 3: QUALIFICAÇÃO PERMANENTE DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

As ações dos órgãos afins à problemática da assistência social são pouco articuladas. O controle social é deficiente. A cobertura da proteção social básica é insuficiente em todos os territórios, especialmente nas zonas rurais. O acompanhamento e o monitoramento das atividades oferecidas aos usuários não contam com registros e sistemas de informação adequados, que possam subsidiar o planejamento, o acompanhamento e as avaliações das ações.



### **AÇÃO PRIORITÁRIA:**



**1. Promover a integração das ações da assistência social que demandam intervenções intersetoriais envolvendo educação, saúde, cultura, direitos humanos, desenvolvimento agrário e meio ambiente.**





## 4. SANEAMENTO AMBIENTAL

Este subeixo é formado por uma única estratégia que abarca os quatro componentes do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e drenagem pluvial.

### **ESTRATÉGIA: FOMENTO À POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO NOS SEUS QUATRO COMPONENTES:**

A Lei nº 11.445/2007 (BRASIL, 2007), que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, define como competência exclusiva dos municípios a formulação e o planejamento da política pública de saneamento básico. Essa formulação e esse planejamento são efetivados por intermédio da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), que deverão estar concluídos até dezembro de 2017, como estabelecido pela legislação aplicada. Em 2014, no Alto Jequitinhonha, 95,8% dos municípios possuíam seus PMSB, percentual que reduzia para 48,5% no Médio/Baixo Jequitinhonha. Entretanto, com base nos PMSB estudados, verificou-se que esses não atendiam qualitativamente os conteúdos mínimos exigidos pela Lei.



## AÇÕES PRIORITÁRIAS:



1. Fomentar a formação/capacitação de gestores, gerentes e atores sociais municipais em relação a política pública de saneamento básico e ambiental;

.....



2. Oferecer apoio técnico e financeiro à elaboração e revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB);

.....



3. Oferecer apoio técnico e financeiro à implementação institucional dos PMSB;

.....



4. Oferecer apoio técnico e financeiro à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Rural (PMSR);

.....



5. Promover a articulação interinstitucional para a ampliação e melhoria da atuação da COPASA e COPANOR nos territórios;

.....



6. Fomentar a implantação do Sistema de Vigilância da Qualidade da Água para o Consumo Humano no âmbito municipal.



## 5. HABITAÇÃO



Este subeixo é constituído pela seguinte estratégia:

### **ESTRATÉGIA: PROMOÇÃO DE MELHORIAS NO ACESSO E NAS CONDIÇÕES DE MORADIA DIGNA NOS TERRITÓRIOS DO ALTO E DO MÉDIO/BAIXO JEQUITINHONHA**

As carências habitacionais podem ser divididas em duas dimensões: o déficit habitacional propriamente dito e a inadequação domiciliar. Para enfrentar o problema da moradia nos territórios do Jequitinhonha foram propostas as seguintes ações.

## AÇÕES PRIORITÁRIAS:



1. Fomentar a elaboração, revisão ou adequação dos Planos Municipais de Habitação Social e de Regularização Fundiária;

.....



2. Fomentar a instalação dos Conselhos Municipais de Habitação ou outras instâncias que possibilitem o fortalecimento do controle social;

.....



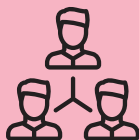
3. Estimular a utilização de mão de obra local na construção e/ou reforma de unidades habitacionais, sobretudo no formato de autoconstrução;

.....



4. Fomentar a melhoria e o provimento de infraestrutura urbana nos domicílios inadequados com relação a módulos sanitários, reformas, energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, com especial atenção à redução dos déficits nas zonas rurais;

.....



5. Fomentar a capacitação de gestores e conselheiros municipais, objetivando o fortalecimento da política pública municipal e o empoderamento municipal para implementação das políticas públicas de habitação social.





## 6. CULTURA

Este subeixo é composto pelas seguintes estratégias: 1) institucionalização e melhoria da gestão pública da cultura; 2) inventário e preservação do patrimônio cultural; 3) formação e capacitação.

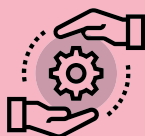




## ESTRATÉGIA 1: INSTITUCIONALIZAÇÃO E MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA

Esta estratégia justifica-se pela precária estruturação institucional nos municípios dos territórios do Jequitinhonha, de forma geral. A gestão da cultura combinada com áreas de políticas como educação, turismo, esporte e lazer é predominante nos territórios Alto e Médio/Baixo Jequitinhonha. A fragilidade da gestão cultural das municipalidades está sempre associada a uma limitação orçamentária para o setor e ao protagonismo do Executivo, que possui um maior poder de influência sobre as ações culturais a serem desenvolvidas, negligenciando espaços participativos criados para partilhar com a sociedade as decisões relacionadas ao setor.

### AÇÕES PRIORITÁRIAS:



1. Incentivar a instituição, a capacitação e a manutenção de equipes de gestão municipal na área da cultura de acordo com o previsto pelo Sistema Nacional de Cultura (órgão gestor, conselho de política cultural, fundo municipal de cultura, plano municipal de cultura); .....



2. Aperfeiçoar a articulação entre a Secretaria de Estado de Cultura e os órgãos executivos municipais, para o planejamento das ações em âmbito municipal e o acompanhamento das ações desenvolvidas; .....



3. Regionalizar e desburocratizar os editais (Fundo Estadual e Renúncia Fiscal) e demais mecanismos estaduais de fomento à cultura de forma a se adequar às expressões culturais regionais; .....



4. Elaborar editais para potencializar as ações do terceiro setor voltadas ao público juvenil, especialmente aquelas que ampliem o acesso à cultura e aos meios de produção cultural e estimulem práticas esportivas e de lazer; .....



5. Instituir um Centro Regional de Cultura Popular que abrigue referências e memórias sobre as diversas expressões da cultura popular e os saberes tradicionais e atue também como um centro de distribuição do artesanato. .....

## ESTRATÉGIA 2: INVENTÁRIO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O grande desafio de uma política de patrimônio para os territórios do Jequitinhonha é o de garantir a proteção à diversidade e à pluralidade dos legados culturais. No que tange ao patrimônio edificado, sua diversidade deve ser assegurada com a proteção dos núcleos urbanos monumentais.

No que tange ao patrimônio imaterial, torna-se fundamental o desenvolvimento de ações que salvaguem a riqueza e a diversidade das tradições regionais que, ainda não inventariadas, permanecem sob ameaça de desaparecimento em virtude da baixa valorização de seus significados e do pequeno interesse das novas gerações. Consideram-se ainda prioritários o reconhecimento e a proteção dos remanescentes de quilombos, das populações indígenas e das demais comunidades tradicionais. No que diz respeito ao artesanato, devem ser enfrentadas as dificuldades de escoamento da produção, a descontinuidade das ações de apoio aos projetos desenvolvidos, a precariedade do espírito associativista dos artesãos e as dificuldades para a transmissão das tradições produtivas para a população mais jovem.

### AÇÕES PRIORITÁRIAS:



1. Estimular a mobilização de órgãos competentes e comunidades, sob coordenação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), para a realização do inventário participativo do patrimônio cultural nos territórios;

.....



2. Estimular a revisão e/ou elaboração de Planos Diretores e outros instrumentos de política urbana visando à proteção do patrimônio edificado, ambiental e paisagístico;

.....



3. Promover o reconhecimento formal e efetivo das identidades culturais das comunidades tradicionais, remanescentes de quilombos e etnias indígenas, o que implica em garantir-lhes a titularidade da terra;

.....



4. Certificar os mestres de ofício, artesãos e outros detentores de saberes, de forma a permitir-lhes o acesso ao trabalho nas áreas da cultura, educação e assistência social;

.....



5. Promover a realização de feiras locais, regionais e itinerantes de produtos do artesanato.

.....

### **ESTRATÉGIA 3: FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

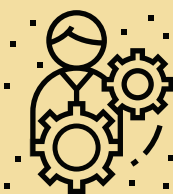
A necessidade de maior capacitação dos recursos humanos que atuam na área da cultura é uma das principais demandas feitas pela população e autoridade técnicas e políticas dos territórios. As demandas referem-se tanto à transmissão de saberes tradicionais para as novas gerações quanto aos conhecimentos técnicos em gestão cultural, contabilidade e tecnologia digital. No que tange à educação patrimonial, demanda prioritária dos municípios do Jequitinhonha, deve-se sublinhar a importância da conscientização e do envolvimento das comunidades na percepção dos valores relativos ao seu patrimônio, que resultaria em maior apropriação e fruição dos bens culturais, fator indispensável ao processo de preservação sustentável. Deve-se ressaltar ainda que a educação patrimonial faz parte do conjunto de exigências feita pelo IEPHA-MG para comprovar a adesão dos municípios ao Programa ICMS Patrimônio Cultural.

#### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**



**1. Promover ações articuladas entre a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unimontes e Instituto Federal do Norte de Minas (IFNMG), visando à criação de cursos de graduação em áreas específicas como arquitetura, arquivologia, música e teatro;**

.....



**2. Criar cursos de nível médio ou outros treinamentos para a formação de técnicos na área de patrimônio (restauração e técnicas construtivas tradicionais) e da cultura em geral (produção e gestão cultural);**

.....



**3. Garantir a realização das ações de educação patrimonial e o fortalecimento do papel da escola como espaço de valorização e divulgação das tradições locais.**

.....

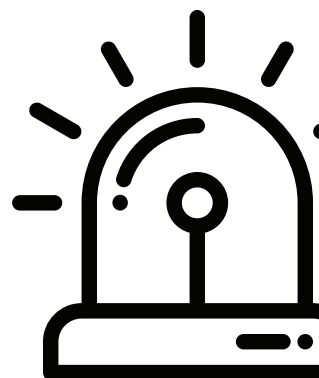


## 7. SEGURANÇA PÚBLICA

Este subeixo é formado pela seguinte estratégia:

### **INCREMENTO DA DENSIDADE INSTITUCIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS TERRITÓRIOS DO ALTO E MÉDIO/BAIXO JEQUITINHONHA**

Os territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha apresentam os piores indicadores de densidade institucional do estado, sobretudo no que diz respeito à presença rarefeita das instituições de segurança pública. Somado ao efetivo precário das organizações de força (polícias Civil e Militar e Guardas Municipais), os territórios também enfrentam graves carências relacionadas à baixa presença de instituições como o Ministério Público, a Defensoria Pública, as comarcas do Judiciário, as unidades prisionais e os centros socioeducativos para cumprimento de medidas de internação. Cabe mencionar, ainda, os baixos níveis de articulação entre tais órgãos, aspecto que vem dificultando sensivelmente a implementação de políticas de segurança pública em nível local.



## AÇÕES PRIORITÁRIAS:

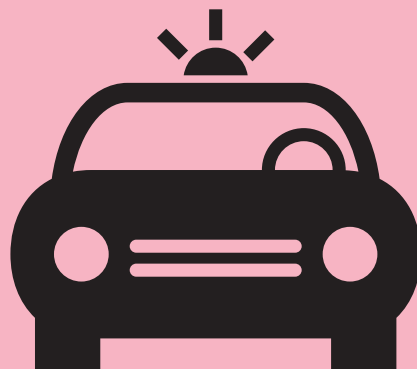
**1.** Incrementar a infraestrutura, os recursos logísticos e os efetivos da Polícia Civil (todas as carreiras);  
.....

**2.** Incrementar a infraestrutura, os recursos logísticos e os efetivos da Polícia Militar (com ênfase em implementação de unidades de Patrulhas Rurais);  
.....

**3.** Criar espaços interinstitucionais de interlocução entre Poder Público Estadual, Municipal (Prefeituras e Câmaras de Vereadores), Poder Judiciário e Forças de Segurança Pública, por meio do incentivo à criação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública (GGIM-SP) nos municípios-sede de microterritórios;  
.....

**4.** Construir Centros Socioeducativos para o cumprimento de medidas de internação nos municípios de Diamantina, Araçuaí, Almenara e Medina;  
.....

**5.** Auxiliar a produção e elaboração de Planos Municipais de Segurança Pública em municípios-sede de microterritórios. A ênfase deve ser dada principalmente em políticas de prevenção, organizando e articulando instituições da assistência social e de educação, associações de bairro, entre outras.  
.....

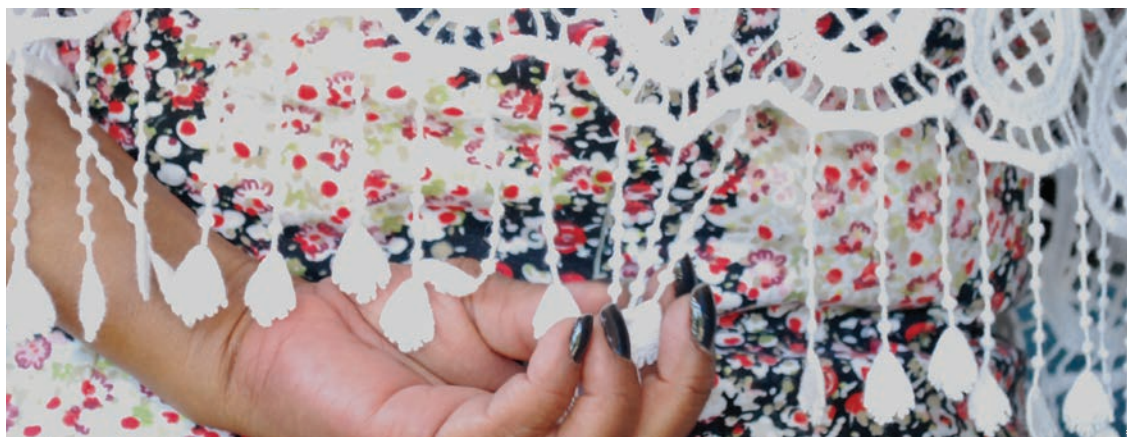






# INFRAESTRUTURA ECONÔMICA

*As estratégias e as ações do eixo de intervenção Infraestrutura Econômica estão divididos em quatro subeixos: 1) rede de cidades, 2) estrutura viária e de transportes, 3) energia, 4) tecnologias de informação e de comunicação.*





# 1. REDES DE CIDADES

Este subeixo é composto pela seguinte estratégia:

## ESTRATÉGIA 1: FORTALECIMENTO DAS CENTRALIDADES

As redes de cidades dos territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha possuem certa fragilidade, com raios limitados de influência, sendo que municípios, principalmente no Médio/Baixo Jequitinhonha, apresentam ligações de dependência com centros fora desses territórios e mesmo fora do estado de Minas Gerais. Essa situação se expressa tanto pela fragilidade das centralidades urbanas como pela precariedade das redes de infraestrutura da região, demandando o fortalecimento dessas redes como suporte ao processo de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Tal fortalecimento tem relação direta com o ordenamento físico-territorial das cidades e dos municípios classificados como centralidades, de forma a ampliarem seus papéis nas redes urbanas e sua capacidade de atender às demandas da população do entorno, o que implica na existência de instrumentos adequados de gestão e de legislação urbanísticas.

### AÇÃO PRIORITÁRIA:



1. Incrementar programas de apoio técnico e institucional às administrações municipais para a elaboração e/ou revisão de planos diretores, e das legislações urbana e municipal relativas ao parcelamento, uso do solo, edificações e posturas.





## 2. ESTRUTURA VIÁRIA E DE TRANSPORTE

Este subeixo é composto pelas seguintes estratégias:  
1) superação dos principais gargalos da infraestrutura rodoviária; 2) ampliação, diversificação, modernização e integração da infraestrutura e das modalidades de transportes, incluindo o aeroviário e o ferroviário.



## **ESTRATÉGIA 1: SUPERAÇÃO DOS PRINCIPAIS GARGALOS DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA**

O Alto e o Médio/Baixo Jequitinhonha ainda se apresentam como territórios desprovidos de malha rodoviária densa e de boa qualidade, apesar das intervenções recentes na recuperação de pontes e na pavimentação de alguns trechos importantes. Qualitativamente, as principais demandas dizem respeito à necessidade de pavimentação e de duplicação de algumas estradas e à melhoria das condições de várias pontes. A relevância da recuperação e da ampliação dessa infraestrutura viária se deve ao seu forte impacto transversal, incluindo a promoção do desenvolvimento econômico e o atendimento às demandas sociais.

### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**

#### **1. Fomentar programa de melhorias nas rodovias estratégicas para o desenvolvimento econômico da região, priorizando as seguintes intervenções:**

- a)** ligação da BR-367 ao estado da Bahia, pavimentando os trechos de Almenara a Salto da Divisa, passando por Jacinto;
- b)** ligação da BR-251 ao estado da Bahia, pavimentando os trechos de Pedra Azul a Almenara, passando por Pedra Grande; e pavimentação de 9km da rodovia LMG-633 que passa em Cachoeira do Pajeú ligando à BR-251;
- c)** ligação da BR-367 à BR-116, nos trechos entre Senador Modestino Gonçalves a Setubinha, passando por Itamarandiba e Capelinha, via MG-214 e MG-211;
- d)** ligação dos territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha ao norte de Minas, pavimentando o trecho entre Caçaratiba e Itacambira;
- e)** ligação da região do Vale do Jequitinhonha à região central mineira, completando a pavimentação do trecho entre Andrequicé e Diamantina, passando por Corinto, na MG-220;
- f)** recuperação e manutenção do pavimento nas rodovias BR-251 e BR-367, com a implantação de terceira faixa nos aclives de subidas de serras.

#### **2. Fomentar programa de melhorias nas rodovias para o fortalecimento da rede de cidades por meio das seguintes intervenções:**

- a)** implantação do contorno de Minas Novas, na BR-367, concluindo a obra da ponte sobre o Rio Fanado;
- b)** implantação de trecho de 23km para ligação de Coluna a Rio Vermelho e a Serra Azul de Minas pela MG-010;

- c)** pavimentação de 60km da BR-367 para ligação de Minas Novas a Virgem da Lapa, passando por Chapada do Norte e Berilo;
- d)** implantação de trecho de 19km para ligação de Leme do Prado a Chapada do Norte, entre os distritos de Boa Vista, Cachoeira do Norte e Santa Rita do Araçuaí;
- e)** implantação de trecho de 46km para ligação de Berilo a José Gonçalves de Minas;
- f)** pavimentação de 92km da LMG-678 para ligação de Novo Cruzeiro a Araçuaí;
- g)** implantação de trecho de 35km para ligação de Novo Cruzeiro a Ladainha, entre a MG-211 e LMG-710;
- h)** pavimentação de 65km da BR-342 para ligação de Caraiá a Araçuaí;
- i)** pavimentação de 14km na MG-105 para ligação de Fronteira dos Vales a Joaíma;
- j)** pavimentação de 31km da MG-406 para ligação de Rubim a Rio do Prado;
- k)** pavimentação de 52km na MG-105 para ligação de Pedra Azul a Jequitinhonha;
- l)** pavimentação de 96km da LMG-610 para ligação de Pedra Azul a Mata Verde, passando por Araçagi e Divisópolis;
- m)** implantação de trecho da LMG-618 entre Águas Vermelhas e BR-251.

**3. Fomentar programa de apoio a municípios e associações municipais para a conservação e manutenção das estradas vicinais municipais, com enfoque ambiental quanto à contenção de águas pluviais, de forma a permitir o deslocamento permanente da população das zonas rurais para as sedes municipais;**

**4. Avaliar, planejar e realizar as ações de intervenção e/ou construção nas pontes, considerando:**

- a)** priorizar as pontes com estrutura prejudicada, em especial a ponte sobre o Rio Jequitinhonha na BR-116, em Itaobim;
- b)** construir ponte sobre o Rio Jequitinhonha em Jacinto, ligando a BR-367 e LMG-634;
- c)** realizar estudo de viabilidade técnica para verificar a necessidade de duplicação de pontes que funcionam em mão única, em especial a ponte sobre o Rio Araçuaí na BR-451, em Carbonita, e a Ponte Alta sobre o Rio Araçuaí, na BR-367, acesso para Turmalina.



## **ESTRATÉGIA 2: AMPLIAÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DAS MODALIDADES DE TRANSPORTES, INCLUINDO O AEROVIÁRIO E O FERROVIÁRIO**

Como os municípios dos territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha são, em sua maioria, de pequeno porte, e vinculados a centralidades esparsas, cabe ao transporte de pessoas e de cargas realizar as ligações de forma ágil e integrada, favorecendo a mobilidade das pessoas e o escoamento de produtos.

### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**



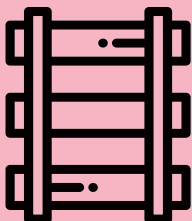
**1. Promover a implantação e/ou a renovação de concessões das empresas de transporte de passageiros, apoiando a gestão e fiscalização de concessões comuns, patrocinadas ou administrativas, permissões e autorizações.**

.....



**2. ar prosseguimento à ampliação da oferta em transporte aeroviário, conservação do patrimônio aeroportuário implantado e regularidade das operações aéreas, assim como a regularização dos aeroportos, quando for o caso;**

.....



**3. Desenvolver estudos de viabilidade de implantação e operação do sistema ferroviário nos territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha.**

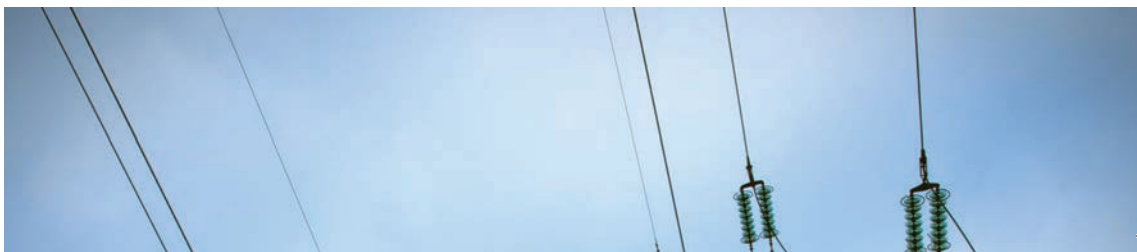
.....



### 3. ENERGIA

O subeixo Energia é composto pelas seguintes estratégias:

- 1) universalização do acesso à energia, sobretudo nas zonas rurais, e melhoria da qualidade da energia fornecida;
- 2) Incentivo à produção e à utilização de energia renovável, principalmente a solar.



## **ESTRATÉGIA 1: UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA, SOBRETUDO NAS ZONAS RURAIS, E MELHORIA DA QUALIDADE DA ENERGIA FORNECIDA**

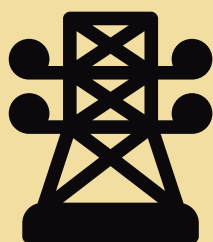
O perfil de consumo de energia dos dois territórios tem a peculiaridade de ter grande participação do setor rural, entre outros fatores, pela importância da agricultura familiar na região. Sabe-se que os domicílios que ainda não possuem acesso à energia também estão principalmente nas zonas rurais, fazendo-se necessária ação direcionada a romper com a dificuldade do fornecimento em baixa escala, condição para que a energia chegue a tais lugares. Paralelamente, há problemas com a baixa qualidade da energia – oscilações e quedas, insuficiência no fornecimento, necessidade de maior disponibilidade para expansão e instalação de indústrias.

### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**



**1. Investir na continuação do Programa Eletrificação Rural para o atendimento total da demanda;**

.....



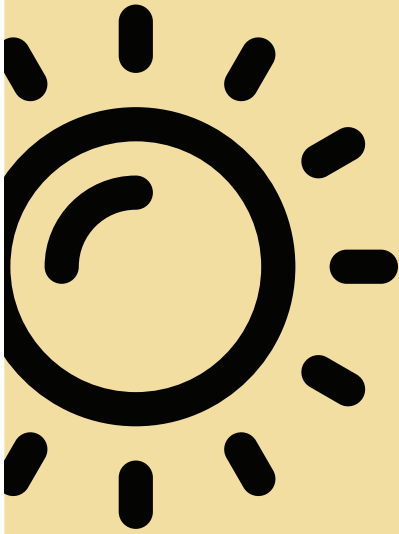
**2. Aumentar a potência das linhas de transmissão, principalmente aquelas próximas às cidades de Turmalina, por sua demanda industrial, e de Araçuaí e Pedra Azul, que estão entre os maiores consumidores de energia elétrica do território do Médio/Baixo Jequitinhonha;**

.....



**3. Fornecer subsídios às distribuidoras de energia e/ou elaborar contratos de parceria para levar energia a unidades de agricultura familiar isoladas.**

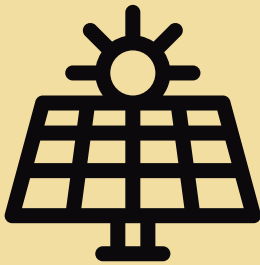
.....



## **ESTRATÉGIA 2: INCENTIVO À PRODUÇÃO E À UTILIZAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL, PRINCIPALMENTE A SOLAR**

Os níveis de insolação no Jequitinhonha são altos e favorecem a produção da energia solar. Também é possível a produção de energia eólica e de energia de biomassas. Devido aos altos custos dessas produções, programas específicos devem ser pensados e recursos devem ser direcionados, buscando diminuir o custo da energia na região, tanto para consumidores quanto para os municípios, na gestão da iluminação pública.

### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**



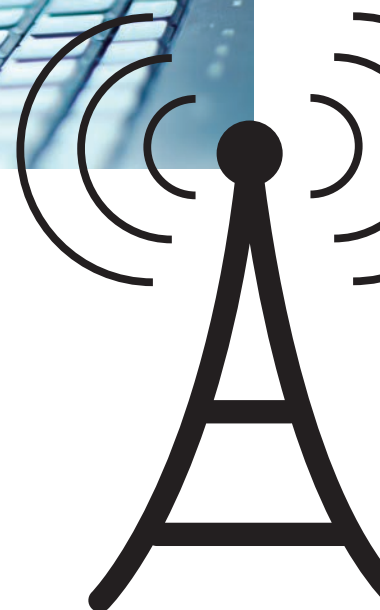
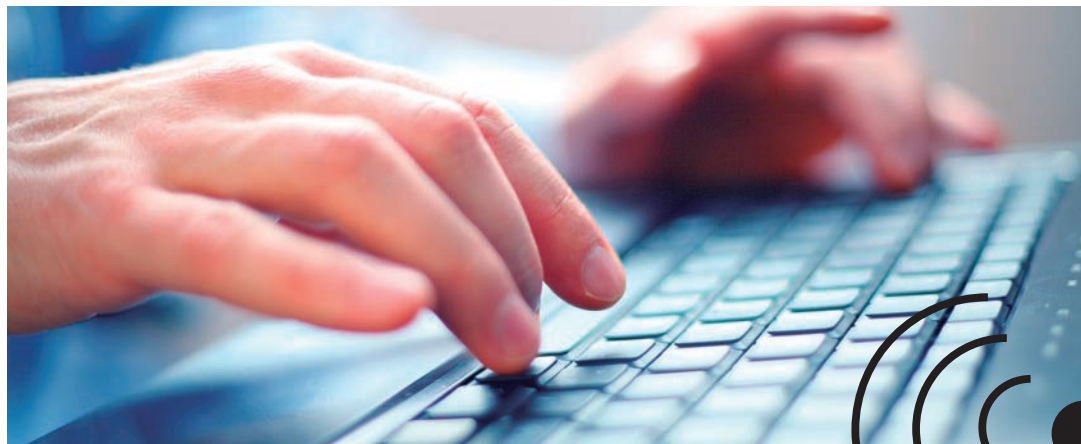
**1. Fornecer ou subsidiar a aquisição de placas solares pelos agricultores locais;**

.....



**2. Desenvolver estudos e programas visando à implantação de energias alternativas nos municípios, principalmente no que se refere aos biocombustíveis/produção de biomassa e à energia solar.**

.....



## 4. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA TELECOMUNICAÇÃO

Este eixo é composto pelas seguintes estratégias: 1) ampliação da rede de dados móveis (Internet) e capacitação da população para utilização dos serviços de Internet (inclusão digital); 2) ampliação da rede de telefonia móvel.

### **ESTRATÉGIA 1: AMPLIAÇÃO DA REDE DE DADOS MÓVEIS (INTERNET) E CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INTERNET (INCLUSÃO DIGITAL)**

No Alto Jequitinhonha, o acesso à Internet equivale à quase metade da média estadual: somente 14,2% dos domicílios possuíam esse acesso em 2010. No Médio/Baixo Jequitinhonha, apenas 10% dos domicílios possuíam acesso à Internet. A baixa velocidade da Internet, a falta de concorrência para a provisão desta e a ausência de cobertura em algumas localidades aparecem como problemas recorrentes. Além disso, faltam centros públicos de acesso, “telecentros”, assim como cursos e treinamentos para a utilização da Internet e de suas ferramentas.

#### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**



**1.** Investir na continuação e ampliação do Programa Minas Digital (Projeto Cidades Digitais), de maneira a ampliar o número de municípios participantes;



**2.** Oferecer incentivos às empresas provedoras de Sistema de Comunicação Multimídia (SCM) para que ampliem suas redes para outros municípios, principalmente em direção às áreas rurais;

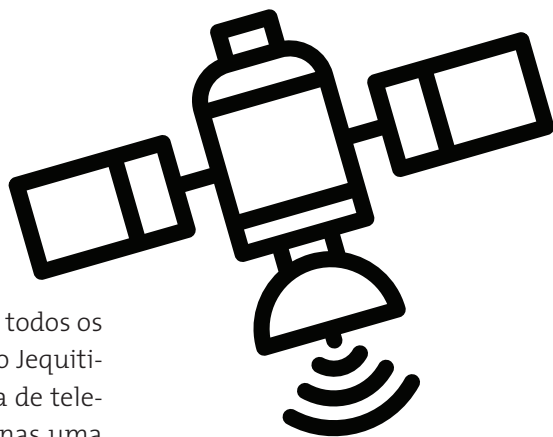


**3.** Investir na continuação e na ampliação do Programa Rede de Governo, de maneira a priorizar a adesão de órgãos dos municípios menos atendidos.



## **ESTRATÉGIA 2: AMPLIAÇÃO DA REDE DE TELEFONIA MÓVEL**

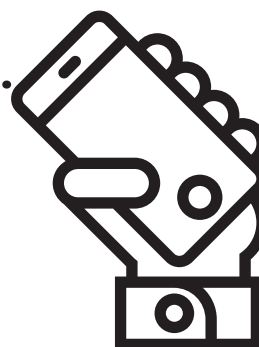
Dados da Anatel de novembro de 2014 revelam que todos os municípios dos territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha contavam com pelo menos uma operadora de telefonia móvel, mas a maioria deles dispunha de apenas uma opção, o que desfavorece a concorrência e a melhoria do serviço prestado. No Alto Jequitinhonha, apenas 29% dos municípios possuía cobertura de duas ou mais operadoras, sendo essa porcentagem de 31% no Médio/Baixo Jequitinhonha. Além disso, vários distritos, principalmente os rurais, ainda não contam com a cobertura do sinal de telefonia móvel.



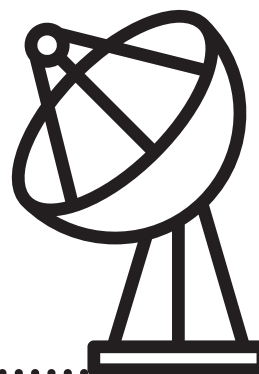
### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**

---

**1. Implementar esforços para que as empresas de telefonia móvel ampliem suas redes para outros municípios, com o objetivo de que haja pelo menos duas operadoras por município;**



**2. Investir na continuação e ampliação do Programa Minas Comunica, de maneira a priorizar os distritos rurais que ainda não contam com o sinal de telefonia móvel.**







# GESTÃO MUNICIPAL

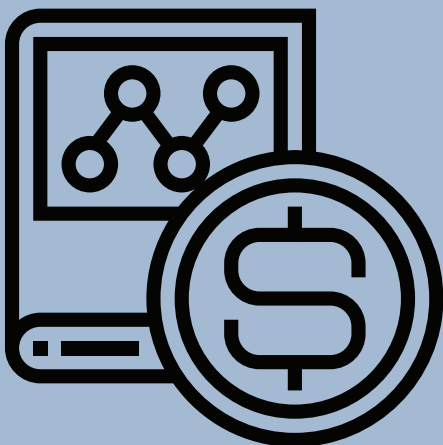


*Este eixo é constituído pelas seguintes estratégias: 1) sustentabilidade fiscal do gasto público; 2) ampliação da capacidade institucional dos municípios na formulação, planeamento, implementação e avaliação de políticas públicas.*

## **ESTRATÉGIA 1: SUSTENTABILIDADE FISCAL DO GASTO PÚBLICO**

Os municípios dos territórios do Jequitinhonha caracterizam-se por baixo nível de arrecadação das receitas e pelo crescimento de despesas rígidas e obrigatórias, como o gasto com pessoal. A sustentabilidade fiscal do gasto passa pelo fortalecimento da base econômica e dos consequentes impactos sobre a arrecadação, pela busca de outras fontes de financiamento e pela criação ou aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão das contas públicas, incluindo o maior controle dos gastos.

### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**



**1. Incentivar a atualização do cadastro imobiliário, do cadastro das empresas contribuintes do Imposto sobre Serviços (ISS) e da legislação tributária municipal;**

.....

**2. Incentivar a implementação de políticas de combate à sonegação e evasão fiscal e minimizar as práticas de elisão fiscal;**

.....

**3. Incentivar a observância dos limites estabelecidos na legislação para o gasto com pessoal, realização de operações de crédito, nível de endividamento e comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com o pagamento da dívida;**

.....

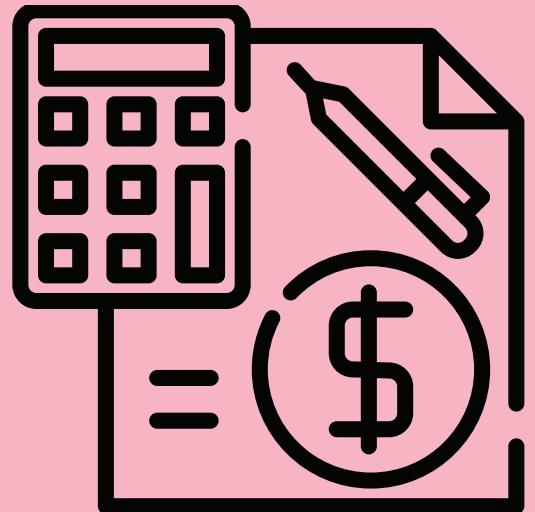
**4. Incentivar a execução dos gastos públicos dentro dos parâmetros das metas bimestrais de receitas, de forma a criar uma cultura de manutenção do equilíbrio fiscal;**

.....

**5. Criar uma rede de informações coordenadas pelas associações de municípios quanto a políticas públicas que recebem recursos estaduais e municipais, de forma a buscar a integração das políticas públicas federais, estaduais e municipais.**

## **ESTRATÉGIA 2: AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS NA FORMULAÇÃO, PLANEJAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Os municípios dos territórios do Jequitinhonha enfrentam dificuldades relacionadas ao planejamento, direção e controle de suas ações. Essas dificuldades refletem a baixa qualificação profissional dos servidores e o despreparo de prefeitos e vereadores.



### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**

- 1. Incentivar a capacitação do corpo técnico, de prefeitos das administrações municipais nas diversas áreas da gestão pública e de vereadores na área da fiscalização e controle.**
- 2. Incentivar a capacitação do corpo técnico das administrações municipais para a elaboração de planos orçamentários (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA), tendo como base a realidade local; bem como o acompanhamento e monitoramento dos programas governamentais definidos nos planos orçamentários e, de maneira especial, os programas e/ou projetos estratégicos do município.**





## VALE DE RIQUEZAS 3 ALGUMAS LENDAS:

### O BICHO DA CARNEIRA

“Diz que Joaquim Antunes, um rico fazendeiro, tinha a obrigação de cuidar de todo um rebanho em sua fazenda usando uma mula para o trabalho. Certo dia a mula após todo um dia de trabalho estava muito cansada, porém mesmo assim Joaquim insistiu em selar o animal para ir passear. Sua mãe revoltada com a atitude tirou a sela da mula e tocou o animal para o curral. Joaquim então ficou furioso e xingou a mãe. Como se não bastasse ele selou a própria mãe e foi montado nela até a cidade, batendo muito na pobre senhora. Um tempo depois Joaquim morreu, porém sua mãe continuou viva. Mas certo dia quando o caixão foi aberto notou-se uma pelugem sobre os ossos como só um animal teria. E desde então diz a lenda que o Bicho de Pedra Azul sai do caixão para assustar as pessoas e arrancar a cabeças de cachorros rua a fora, para tentar se livrar um pouco da raiva que passa”.

**Essa é uma das várias versões da lenda do Bicho da Carneira, conhecido também como Bicho de Pedra Azul, Lobisomem do Jequitinhonha ou Bicho da Fortaleza (antigo nome de Pedra Azul). A lenda nasceu em Pedra Azul, MG.**

# O MONSTRO DA MATRIZ DE ITAMARANDIBA

Contam que em meados do século XIX, passou por Itamarandiba um padre-mestre milagreiro, chamado Antônio Espínola. O padre era robusto e percorria a cidade, montado em sua mula raquítica, arrecadando esmolas para os pobres e para alimentar sua montaria. Vivia também nessa região o fazendeiro Antônio Gomes de Melo, um homem prepotente e descrente, que ao ouvir sobre os feitos do padre, resolveu ir conferir. Durante a missa, quando o padre pediu as ofertas, o fazendeiro, despedido de qualquer respeito, acusou o padre-mestre de usar as esmolas para benefício próprio e de comer mais do que sua mula. O milagreiro rogou-lhe então uma praga: daquele dia em diante, o homem comeria tanto que quando morresse iriam precisar de várias juntas de bois para puxar seu caixão. E depois de morto, ele voltaria e comeria seus descendentes até a sétima geração.

O fazendeiro desdenhou. Ao chegar em casa porém foi tomado por uma fome insaciável. Devorou toda a comida que havia na despensa e saiu à procura de mais. Daí para frente, comia todo tipo de bicho, mato e até cerca. Quando já estava semelhante a um monstro e prestes a comer gente, morreu de congestão. Foram necessárias sete juntas de bois para transportar o corpo do fazendeiro monstro, que cresceu absurdamente tanto na largura como no comprimento. O corpanzil pesava tanto que o eixo da carroça se partiu ao passar por uma

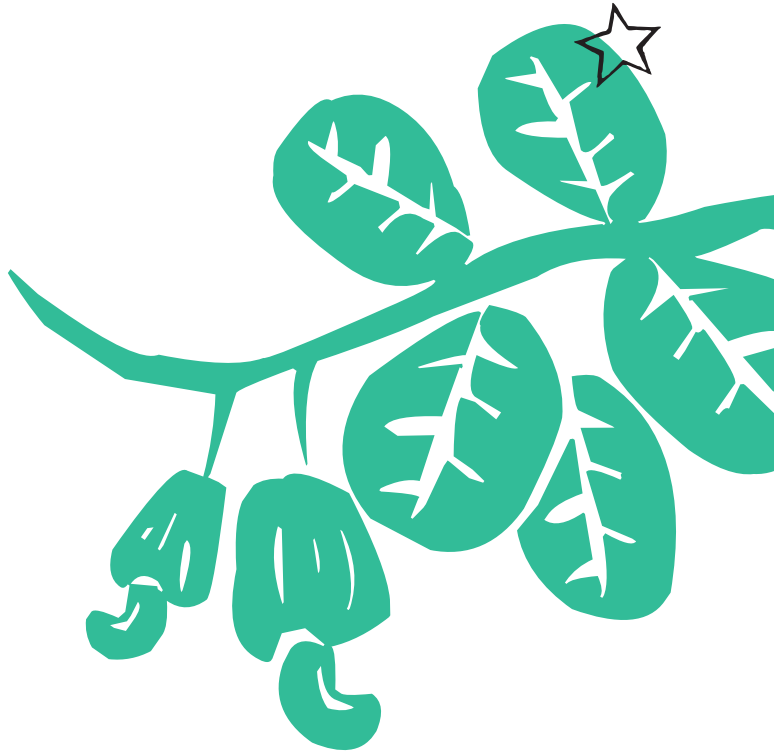
encruzilhada. O local desde então ficou conhecido como Capão do Eixo. A carroça também deixou fendas profundas em alguns pontos da cidade, que podem ser vistas até hoje.

O corpo foi enterrado em frente à capela da cidade. Anos depois, com o crescimento do município, a capela se transformou na Igreja Matriz de São João Batista. Temendo que o monstro se levantasse da tumba, os moradores decidiram estender a igreja até sua sepultura, onde foi colocada a pia batismal para que a água benta derramada nos batismos acalmasse a aberração. De tempos em tempos, o monstro se manifestava e apareciam na igreja fios de cabelo e ranhuras nas paredes. Alguns atribuem a ele a responsabilidade pelo incêndio que destruiu a Igreja Matriz em 1999. Contam que o monstro teria puxado o tapete do altar e que as velas acesas ali iniciaram o incêndio. Uma nova igreja foi erguida no lugar.

Hoje, o monstro da Matriz parece estar mais calmo, quem sabe mais acanhado, ou talvez tenha sido esquecido, afinal as velhas gerações foram passando e as novas parecem não acreditar tanto nestes mistérios.

**(Texto de Eveline Xavier, retirado do II Almanaque Ilustrado do Vale do Jequitinhonha. Contribuição de Edney Carneiro Abreu e da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Itamarandiba)**





# PAR TICI PA CAO







**As ruas tão sem asfalto  
E as crianças sem escola  
Os impostos tudo alto  
E a política não cola**

**- Ô seu Chico, homi descrente!  
Vai manter a aperriação?  
Eu sei que os trem tão difícil  
Vão pensar na solução?**

**Pense só na benzedeira  
Lembre já do pescador  
Somos povo da lavadeira  
Somos povo lutador**

**Pelos direitos nós votamos  
No governo nos representam  
Mas se pararmos por aí  
As lutas não se sustentam**

**Sobre o Vale a gente sabe  
Podemos participar  
Mas temos que ter lugar  
Para as ideias colocar**

**Participar de conselho  
E até de orçamento  
Nem é tão difícil assim  
Chama empoderamento**

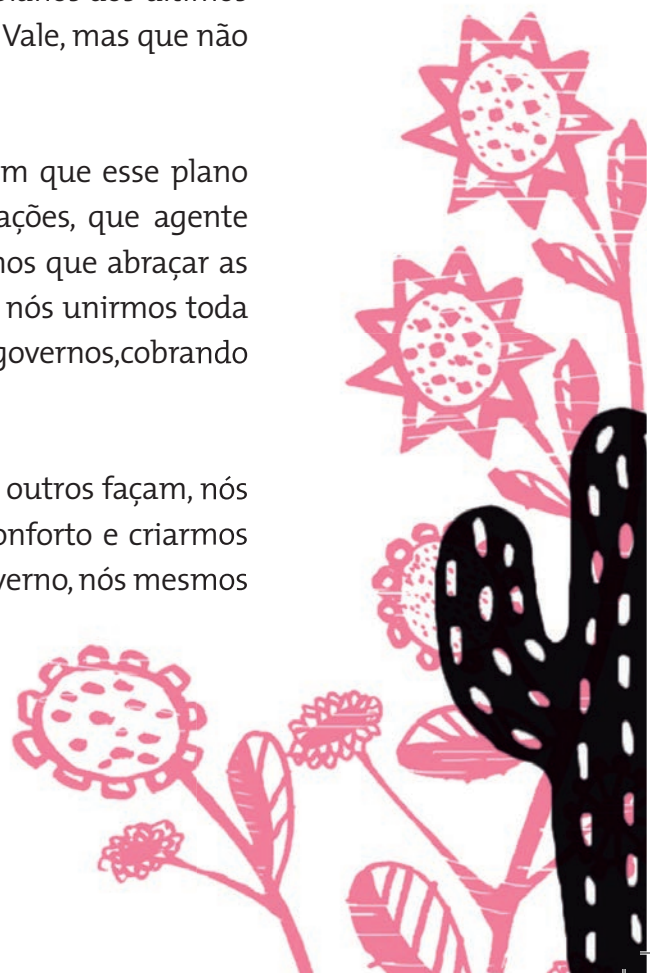


“Esse é um plano que nós estamos colaborando pra ser implantado, é mais um plano? É! Mas é um plano que está sintetizando vários outros planos dos últimos 30, 40 anos que foram feitos aqui no Vale, mas que não foram implementados.

O importante é que nós façamos com que esse plano coloque as coisas em prática, em ações, que agente não fique só nas intenções. Nós temos que abraçar as bandeiras que temos aqui na região, nós unirmos toda a população pra estar cobrando dos governos, cobrando investimentos.

Nós não podemos esperar só que os outros façam, nós temos que sair da nossa zona de conforto e criarmos propostas para além de cobrando governo, nós mesmos criarmos soluções”.

***Albano, Berilo***





# PARTICIPAR

Participar da vida política da nossa cidade, estado ou país é um grande desafio. As limitações ainda são muitas, mas é possível nos envolvermos e incidirmos para a criação de políticas públicas que gerem melhorias de vida e desenvolvimento para a população. No caso da construção do Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha (PDVJ), por exemplo, a população teve a oportunidade de participar na construção de ideias e estratégias para o desenvolvimento territorial da região.

Jovens comunicadores do Vale participaram do processo de mobilização, criando uma campanha e diversas estratégias para convidar toda a população a se envolver no PDVJ. A campanha “Vale Participar” recebeu sugestões de moradores do Vale para o Plano por meio de redes sociais e divulgou constantemente informações sobre o processo. Além da mobilização promovida pela campanha, foram realizadas as Oficinas para elaboração do PDVJ.

Nessas, participaram cerca de 500 representantes da sociedade civil e do poder público, representando todos os municípios da região e dos diversos setores como agricultura, educação, cultura, infraestrutura, segurança pública, entre outros. Durante essas oficinas a população contribuiu na elaboração de propostas que, posteriormente, compuseram o PDVJ.

Houve espaço para participação durante a criação do plano, mas agora o desafio é que a população consiga participar também do pós! Como fazer para não deixar que esse seja só mais um plano que vá para a gaveta, como tantos outros foram? Está bem claro que o governo precisa fazer a parte dele para que as ações se efetivem. Mas e nós, a população, a sociedade civil organizada? Como nós podemos participar desse processo? Para ajudar a responder essa questão, entrevistamos algumas pessoas e reunimos algumas ideias sobre o que é participação política e os canais que existem!

**ENTREVISTA:**

# OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO

*Entrevista com Alexandre Guimarães,  
um dos coordenadores gerais do PDVI*

**Quais os limites e quais os potenciais que temos hoje para a participação mais efetiva na construção de políticas públicas?**

Vou falar mais sobre as políticas de desenvolvimento e de redução de desigualdades regionais, com as quais trabalhamos. Ouso dizer que até pouco tempo atrás, as possibilidades de participação eram muito pequenas ou quase nulas. O governo atual, com os fóruns e as direções que vem enfatizando, tem destacado a intenção de promover tanto a maior descentralização das ações e decisões como a abertura de espaços para a participação da população. Considero essas duas direções muito importantes. A redução das desigualdades regionais é essencial e muito pouco estava sendo feito nessa direção. Ao

mesmo tempo, institucionalizar a participação é muito importante até mesmo para que as ações tenham continuidade. No caso de um plano de desenvolvimento, que tende a envolver direções de muitos anos, é essencial para que vire um plano não de governo, mas da sociedade, com mais chance de ser adotado e preservado ao longo do tempo.

Apesar da direção positiva, resta ver se será efetivo. Acho que os fóruns foram bons, uma iniciativa legal. Mas ainda não sabemos se serão de fato efetivos a favorecer uma participação mais institucionalizada. Há potencial, mas há desafios. Uma direção bem interessante seria o governo procurar avançar formas de governança mais territoriais, dentro de um processo de planejamento territorial que guarde semelhanças





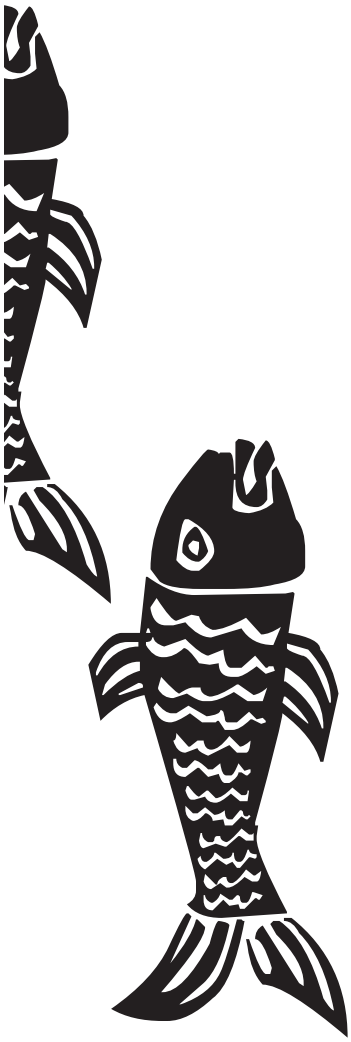
“  
**Há potencial, mas há desafios. Uma direção bem interessante seria o governo procurar avançar formas de governança mais territoriais.**  
”

com o que foi o programa Territórios da Cidadania, adotado pelo governo federal alguns anos atrás. Em suma, regionalização, descentralização e participação são direções essenciais; mas não são triviais. Há o grande desafio de colocá-las em funcionamento.

**Como a população pode incidir sobre as políticas públicas no Vale do Jequitinhonha de maneira prática? Quais são os desafios específicos da população do Vale para a participação nos processos de construção e monitoramento de políticas públicas?**

A população é participativa e disposta a contribuir. O desafio é criar as instâncias que tornem essa participação adequada e produtiva. Isso não é trivial. Um risco é fazer um planejamento tecnocrático e centralizado, como feito no passado, incapaz de conduzir a um processo inclusivo e democrático de desenvolvimento.

Mas enfatizar exageradamente a participação, de forma um pouco ingênua, vai apenas produzir discurso e propaganda, com pouca capacidade de um processo efetivo que permita incorporar demanda das sociedades e ao mesmo tempo ser efetivo, trazendo oportunidades para o desenvolvimento. Aprendemos muito com a elaboração desse plano para o Jequitinhonha. Percebemos



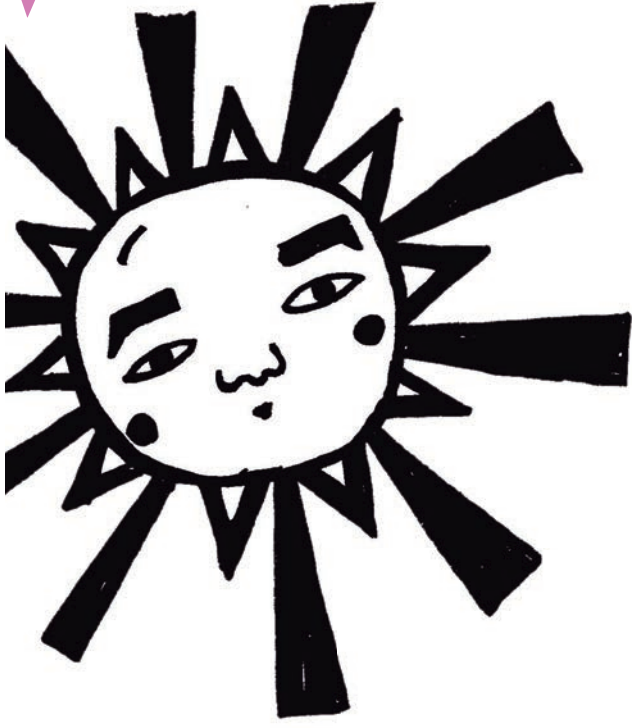


diversos fatores necessários para a promoção do desenvolvimento. Descentralização e participação são duas direções importantes. Mas há um enorme desafio pela frente. O grande desafio do governo é tentar desenvolver uma institucionalidade que permita a consolidação dessas direções (descentralização e participação). Fazer isso não é trivial. Esse deve ser o desafio a partir de agora, construindo uma institucionalidade que possa ao mesmo tempo avançar essas direções e garantir a sua manutenção em governos futuros. A FJP pode cooperar na consolidação desse processo.

**Em relação ao PDVJ quais são os caminhos possíveis para que a população monitore a efetivação das políticas previstas no documento?**

Acho que a direção seria uma institucionalidade na linha dos programas de desenvolvimento/planejamento territorial, como os Territórios da Cidadania. Haveria conselhos territoriais, com participação de segmentos da sociedade civil, responsáveis por se reunir periodicamente. Não basta criar os conselhos. Há uma sistemática para que funcionem. Precisam ter uma boa composição, reunindo representantes do empresariado, da sociedade civil e do governo. Precisam tratar de questões diversas, e não apenas de questões ligadas a agricultura ou a investimentos, como ocorreu no passado (Territórios da Cidadania). Temas como educação, saúde, turismo, segurança precisam estar incluídos, em uma abordagem intersetorial e transversal. Também é importante que essas instâncias deliberem e tenham recursos para projetos e ações, forma de ampliar sua relevância e indicar que o que está se deliberando tende a levar a ações que possam fomentar o desenvolvimento.



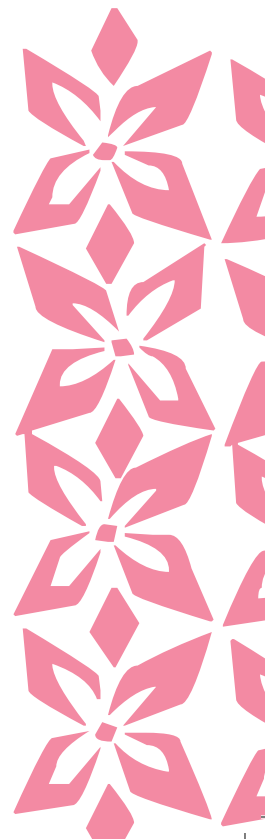


# PRINCIPAIS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

Os Conselhos Municipais, Estaduais e Federais são importantes espaços que funcionam regularmente, envolvendo a população como todo. São espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Eles podem ser de natureza deliberativa (quando tem poder de decisão nas questões discutidas) e consultiva (quando tem função de aconselhar, mas não tem poder de decisão). Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal).

Algumas questões são também deliberadas em Comitês, que são instituídos de acordo com alguma demanda específica e, em sua maioria, são espaços de debate temporários. Há ainda as Conferências, que são regulares, mas têm menor frequência. A conferência é um espaço de análise e proposição de mudanças em setores específicos para os próximos anos.

É importante destacar que é um dever que os municípios tenham conselhos participativos. Se o Ministério Público, por exemplo, entender que os direitos dos cidadãos daquele município estão sendo ameaçados pela não existência de um conselho, ele pode exigir que esse seja criado. Mas para além de uma obrigação legal, o município precisa perceber que esse processo de participação é importante para o próprio gestor. É uma forma que o gestor tem de ouvir a população de uma forma mais regular, constante e legitimada. É uma maneira de institucionalizar esse espaço de diálogo e conflito com a população. Cabe ao município também o estímulo à criação desses conselhos, possibilitando o alcance dos critérios necessários para sua criação, como o incentivo à criação de coletivos e instituições que discutam a efetivação de direitos. Esses são os espaços institucionalizados de participação. Contudo, isso não quer dizer que a população não possa criar seus próprios espaços, como fóruns e coletivos dos mais diversos para discutir a política e inclusive pautar os conselhos.



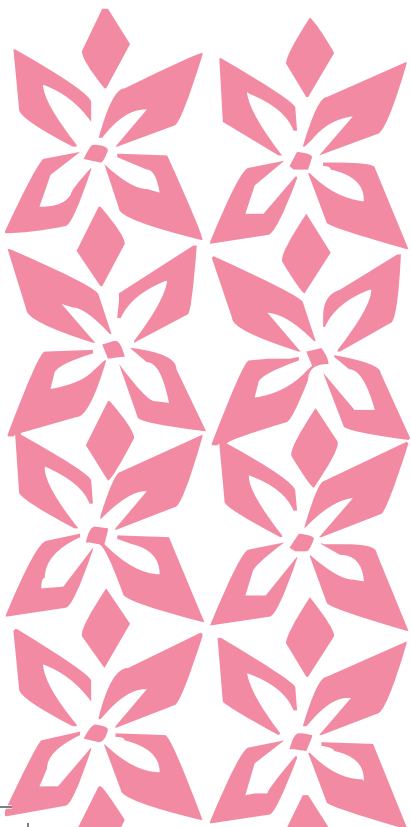


## ESPAÇOS INSTITUCIONAIS:

- Conselhos setoriais municipais e estaduais
- Fóruns Regionais do Estado de MG
- Conferências de Políticas Públicas
- Reuniões da ALMG (comissões temáticas, seminários legislativos, fóruns técnicos, ciclos de debate)
- Audiências Públicas
- Comissão de Participação Popular
- Orçamento Público

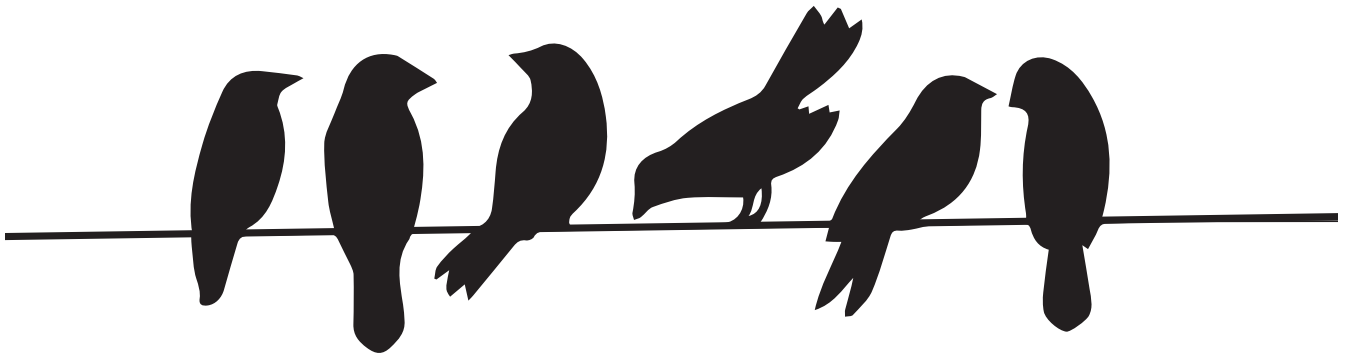
## ESPAÇOS DA SOCIEDADE CIVIL:

- ONGs, institutos, associações e coletivos
- Fóruns de debate (como os fóruns de acompanhamento do orçamento público)
- Sindicatos
- Manifestações públicas









# O CICLO DE VIDA DA POLÍTICA PÚBLICA

## FASE 1: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Identifica-se um problema de interesse público: uma questão que poderia ser resolvida se um conjunto de direitos fossem colocados em prática.

## FASE 2: FORMULAÇÃO DAS ALTERNATIVAS

Cria-se um plano de ação para enfrentar o problema, envolvendo sociedade civil e poder público. Discussão das possíveis formas de enfrentar o problema.

## FASE 3: TOMADA DE DECISÃO

Decide-se quais são as ações prioritárias. Escolha das estratégias e ações que deverão ser incluídas no plano de ação para resolver o problema

## FASE 4: IMPLEMENTAÇÃO

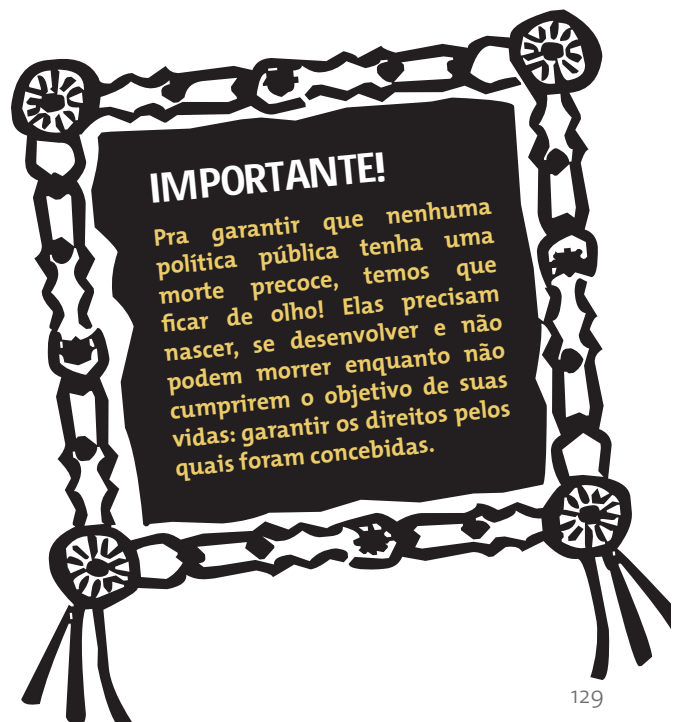
Implementa-se o plano de ação através de leis ou procedimentos administrativos. Implementação das estratégias e ações definidas no plano de ação.

## FASE 5: MONITORAMENTO

Acompanhamento da implementação do plano de trabalho..

## FASE 6: AVALIAÇÃO

Avalia-se os resultados alcançados e quais os próximos passos. Pode ser interessante, por exemplo, buscar que essa política pública que se desenvolveu se transforme em uma política permanente de Estado, e não seja só de um governo específico.





**ENTREVISTA:**

# UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

*Entrevista com Eleonora Schettini Martins Cunha, professora aposentada do Departamento de Ciência Política da UFMG*

## **O que são políticas públicas?**

As políticas públicas são um conjunto de ações que os governos executam pra atender determinados direitos da população ou pra fazer com que o Estado funcione. Temos políticas sociais, por exemplo, de educação, de saúde, que são no sentido de atender os direitos de cidadania. Mas temos também outras políticas relacionadas à própria estrutura do governo, como políticas econômicas ou fiscais, que são no sentido de estabelecer as condições para o Estado funcionar.

## **Qual a diferença entre política de estado e política de governo?**

As políticas de Estado são aquelas que estão constitucionalmente garantidas e que tem que permanecer ao longo do tempo durante muito tempo. Política de governo já tem a ver com as propostas que determinados governos têm pra sua gestão. Essas po-

líticas não têm garantia de continuidade ao longo do tempo. Por exemplo, a política de educação está prevista na constituição. Então o máximo que vai poder acontecer com a política de educação é ela sofrer mudanças conforme as visões de alguns governos. Uns vão valorizar mais a educação superior, outros vão valorizar mais a educação básica. Uns vão fazer mais financiamentos, outros menos. Mas a política de educação nunca pode ser interrompida. Já políticas para a população LGBT, por exemplo, não estão previstas na constituição. Então tudo que está sendo feito nos últimos tempos é política de governo, que decidiu fazer ações para esse setor, mas você não tem nenhuma garantia que a política irá continuar.

## **Como fazemos para transformar uma política de governo em uma política de estado?**





Para isso, é preciso todo um processo de mobilização da população inicialmente pra que essas questões ganhem visibilidade pública, tenham adesão da população e passem a ser vistas como uma área importante de direitos e de cidadania. Um segundo passo é a criação de leis que regulem essa área de atuação do Estado. Isso tudo requer muita militância e pressão pra que essa questão entre na agenda dos governos e dos parlamentares.

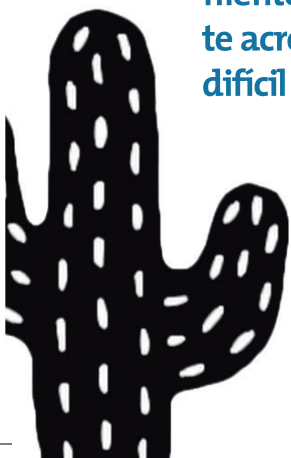
### **É possível participar também das decisões relativas ao orçamento público?**

Sim! E isso é super importante porque sem dinheiro não se faz política pública. Mas é preciso preparar o cidadão para conseguir incidir nesse sentido. Temos que lembrar que tem pessoas que não querem que a gente conheça como é que o orçamento funciona. Porque com isso manipulam o orçamento da forma como acharem mais conveniente e querem que a gente acredite que isso é muito difícil de entender. A gente precisa criar oportunidades de aprendizado sobre o que é o orçamento, como ele funciona, suas regras. Seria muito bom, por exemplo, que o ensino médio abordasse esse assunto.

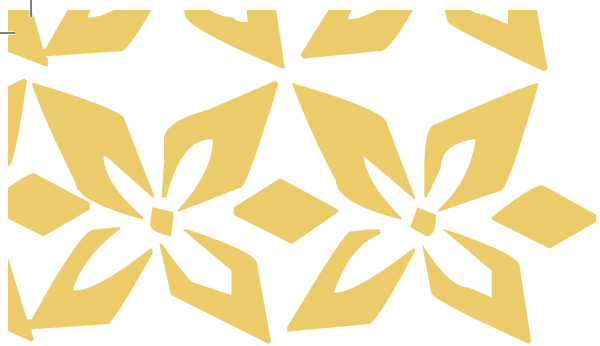
### **A regionalização e a descentralização podem ser uma boa estratégia?**

É uma estratégia interessante do governo para ramificar a participação, que muitas vezes acontece só na capital. Quanto mais longe ocorre a oportunidade da participação, mais difícil é participar. Quanto mais perto da casa da pessoa, mais facilita que ela esteja lá. O “custo da participação” diminui quando a questão é local. Além disso, há muitos problemas que são regionais e específicos. Há um potencial interessante de aumentar a participação a partir dessa estratégia.

**Temos que lembrar que tem pessoas que não querem que a gente conheça como é que o orçamento funciona. Porque com isso manipulam o orçamento da forma como acharem mais conveniente e querem que a gente acredite que isso é muito difícil de entender.**

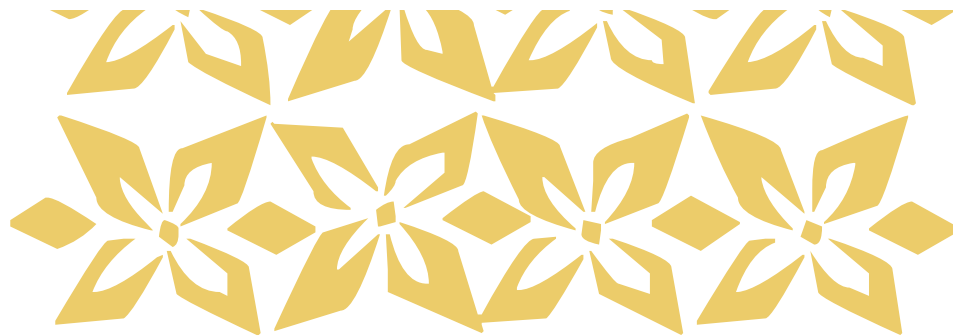












# GLOSSÁRIO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Ficou alguma dúvida sobre como participar de maneira efetiva da vida política de seu município ou do estado? Confira aqui alguns verbetes que podem te ajudar a entender melhor os principais conceitos e espaços da participação política!

## **POLÍTICAS PÚBLICAS:**

São a maneira que os governos têm de efetivar direitos, intervindo na realidade social. Elas são o principal instrumento utilizado para coordenar programas e ações públicas. O ideal é que elas sempre sejam construídas com a participação da sociedade.

## **CONTROLE SOCIAL:**

Trata-se da capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal. O controle social pode ser realizado tanto no momento da definição das políticas a serem implementadas, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das condições de ges-

tão, execução das ações e aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública.

## **CONSELHOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS:**

Os conselhos gestores de políticas públicas são instrumentos fundamentais de controle social das políticas setoriais nos níveis municipal, estadual e federal, previstos em lei. A eles compete deliberar políticas e aprovar planos, fiscalizar as ações e a utilização dos recursos, aprovar ou rejeitar a prestação de contas feita pelo poder público e emitir normas. Como estes conselhos têm sua existência garantida em lei, não estão sujeitos à vontade de uma ou outra gestão para existir.



## CONFERÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

Espaço onde se reúnem governo e sociedade civil organizada para debater e decidir o que deve ser prioridade nas políticas públicas nos próximos anos. Pode ser nacional, estadual ou municipal, sobre saúde, direitos da criança e do adolescente, assistência social, meio ambiente ou política urbana. Participam do processo das conferências todos os segmentos envolvidos com o assunto em questão. Como resultado, forma-se uma espécie de pacto para alcançar as metas e as prioridades estabelecidas. Alguns setores realizam conferências já há muito tempo, outros estão recentemente fazendo esta experiência pela primeira vez.

## FÓRUNS, ASSOCIAÇÕES E COLETIVOS:

Algumas das organizações autônomas da sociedade civil que fortalecem o exercício do controle social para além do diálogo com o poder público em espaços institucionalizados de participação como Conselhos ou Conferências. São espaços autônomos de debate, onde as propostas a serem apresentadas ao governo são amplamente discutidas e formuladas. Nestes espaços, diversos segmentos da sociedade discutem o que esperam das políticas públicas e da sociedade em que vivem, aprendem


a dialogar e a respeitar outros pontos de vista, constroem interesses coletivos e definem propostas que, no diálogo posterior com governos, podem ser apresentadas e defendidas com muita legitimidade.

## FÓRUNS REGIONAIS:

Espaço de participação instituído pelo Governo de Minas Gerais, por meio do Decreto 46774, de 09/06/2015. Para garantir a participação de todos, o estado foi dividido em 17 partes, separadas por suas diferentes características. Em cada um desses Territórios, foi instalado um Fórum Regional, com reuniões presenciais que têm contribuído continuamente para o planejamento das ações de governo. Os Fóruns Regionais têm levantado as prioridades de cada território. As demandas priorizadas são consolidadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), que também coordena o encaminhamento dos resultados dos Fóruns às diversas áreas do governo para que sejam incluídos nos planos de ação.

## AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

A Audiência Pública é um instrumento de participação popular, garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulado por Leis Federais, constituições estaduais e leis orgânicas municipais. É um espaço onde os poderes Executivo e Legislativo ou o Ministério Público podem expor um tema e debater com a popu-



lação sobre a formulação de uma política pública, a elaboração de um projeto de Lei ou a realização de empreendimentos que podem gerar impactos à cidade, à vida das pessoas e ao meio ambiente. São discutidos também, em alguns casos, os resultados de uma política pública, de leis, de empreendimentos ou serviços já implementados ou em vigor.

## DIREITO À PARTICIPAÇÃO:

O direito que a população tem de participar da formulação das políticas públicas e do controle das ações do Estado. Está garantido na Constituição de 1988 e regulamentado em leis específicas, como a Lei Orgânica da Saúde (LOS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Estatuto das Cidades. Estas leis preveem instâncias de consulta e deliberação cidadãs, especialmente por meio de conselhos de políticas públicas nos três níveis do Executivo (Federal, Estadual e Municipal).

## INTERESSE PÚBLICO:

Há vários entendimentos sobre esse termo. Mas de maneira ampliada, trata-se daquilo que é entendido como de interesse comum, que não diz respeito à apenas um indivíduo, que não é um problema ou uma vontade individual. Trata-se de uma coisa que contribuirá para o bem comum da sociedade, que diminuirá as desigualdades e melhorará a qualidade de vida.

## ORÇAMENTO PÚBLICO:

É uma previsão dos recursos que as administrações do município, do estado ou da União vão arrecadar no ano e de quais serão os gastos que elas terão. É possível participar de todos os momentos de elaboração do orçamento público. Existem leis que obrigam as prefeituras a realizarem audiências públicas com a população. Estas audiências devem ter reuniões divulgadas amplamente para que todos possam dar a sua opinião. Uma vez aprovado pela Câmara, o orçamento será executado pelo governo, no ano seguinte, e deve ser monitorado pelos Conselhos e pela comunidade. É importante saber que o orçamento é apenas autorizativo, ou seja, o governo não precisa cumprir tudo que está previsto. Por isso a população precisa estar atenta.

## REUNIÕES DA ALMG:

Reuniões públicas que acontecem na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e a que todo cidadão tem o direito de assistir e muitas vezes participar. O plenário, por exemplo, é o principal ambiente de votação. Depois das discussões e modificações nos projetos, é lá que são realizadas as votações. Há também as comissões temáticas onde são discutidos e propostos encaminhamentos para questões específicas. As audiências públicas também são importante espaço de participação, além dos eventos institucionais promovidos pela ALMG como: seminários legislativos, fóruns técnicos, ciclos de debates e conferências.





## PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR:

Conjunto de normas proposto por representantes da sociedade civil que, após se submeter à tramitação no legislativo, efetiva-se em uma lei. Pode ter âmbito municipal, estadual ou federal. Para que um cidadão proponha um projeto de iniciativa popular, é preciso que uma organização da sociedade civil apresente, junto com o projeto de lei, uma lista com as assinaturas de uma quantidade mínima de eleitores. No estado, o mínimo é de 10 mil eleitores mineiros. Dessas, no máximo 25% podem ser de eleitores da capital. Nos municípios, a exigência é de 5% do total de eleitores assinando a documentação para validar o projeto. Na ALMG, há ainda a possibilidade de levar propostas para a Comissão de Participação Popular. A comissão recebe e aprecia proposições vindas da sociedade e pode solicitar audiências públicas, entre outras ações, sem a necessidade de abaixo assinados. Contudo, essa iniciativa só pode ser feita por entidades da sociedade civil (ONGs, associações, sindicatos, etc). Outra forma de potencializar o sucesso de um projeto é conseguir o apoio de algum político que esteja disposto a defendê-lo.

## FÓRUNS DE ACOMPANHAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO:

São uma articulação de organizações da sociedade civil para elaborar propostas comuns de distribuição dos recursos, o que leva a uma melhor percepção dos problemas sociais em cada área e à construção de solidariedades entre diversos setores da sociedade. O debate sobre a distribuição dos recursos públicos conduz à definição de interesses comuns e de prioridades.

## PPA:

Plano Plurianual, é um plano de trabalho elaborado no primeiro ano de mandato de governo e tem vigência até o primeiro ano do mandato seguinte. Nos municípios, ele deve ser enviado à Câmara Municipal até 30 de setembro e ser votado até 31 de dezembro, a não ser que a Lei Orgânica do Município preveja outra data.



## PPAG:

É o Plano Plurianual de Ação Governamental. Nele ficam estabelecidas as áreas em que o dinheiro estadual será investido e as melhorias para a sociedade que esses investimentos devem trazer. O PPAG tem duração de quatro anos. Ele é enviado à Assembleia para ser avaliado e votado um ano após o início de cada mandato do governador e continua em vigor pelos quatro anos seguintes à sua aprovação.

## LDO:

Lei de Diretrizes Orçamentárias é a lei que define as normas para a elaboração do orçamento e estabelece metas compatíveis com o PPA para um ano.

## LOA:

Lei Orçamentária Anual é o orçamento do município, a previsão de receitas e fixação das despesas de um ano, conforme os objetivos e metas do PPA e da LDO. A LOA deve ser enviada à Câmara Municipal até 30 de setembro e ser votada até 31 de dezembro, a não ser que a Lei Orgânica do Município preveja outra data.

## PMDI:

Enquanto as outras leis seguem o tempo do ciclo orçamentário tradicional, que é de quatro anos, o PMDI é de longo prazo. Sua função é traçar um horizonte a ser alcançado pelo governo e pelas outras leis orçamentárias.



# REFERÊNCIAS

## **Museu Virtual: Saberes Plurais UFMG**

[www.ufmg.br/proex/cpinfo/saberesplurais/](http://www.ufmg.br/proex/cpinfo/saberesplurais/)

## **Boletim Repente**

<http://polis.org.br/colecoes/boletim-repente/>

Realização: Instituto Polis

## **Sempre viva - Boletim Poético**

Realização: Instituto Milho Verde e Ponto de Cultura Cordão Cultural por Milho Verde, 2014.

## **Depois do Voto: usando e abusando dos canais de participação na ALMG**

Realização: Associação Democracia Ativa, 2010

## **I, II e III Almanaque Ilustrado do Jequitinhonha**

Realização: Polo Jequitinhonha da UFMG, 2011

## **Portal Dibutuca- Pedra Azul**

<http://www.pedraazulmg.com/single-post/2016/02/08/Bicho-da-Carneira-Conhe%C3%A7a-a-hist%C3%B3ria-que-percorre-o-pa%C3%ADs>

## **Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha.**

Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 2017.



### **Sobre Lori Figueiró**

Agradecemos a Lori Figueiró a cessão de fotos que ilustram este almanaque. Lori Figueiró é fotógrafo autodidata, vídeo documentarista e membro fundador do Centro de Cultura Memorial do Vale. Dentre os trabalhos realizados estão as mostras fotográficas “Dona Helena e seus saberes”, “Vale: vida”, D. Zefa, a Sacralização do Cotidiano” e os seus registros fotográficos vêm sendo utilizados em diversas publicações sobre o Vale.













## PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA O VALE DO JEQUITINHONHA

---

realização:

